

Andreia Vaz Pinto

***Pensar a HOMOPARENTALIDADE... A partir das atitudes de
diferentes profissionais relativamente à parentalidade homossexual***

Universidade Fernando Pessoa

Porto 2014

Andreia Vaz Pinto

***Pensar a HOMOPARENTALIDADE... A partir das atitudes de
diferentes profissionais relativamente à parentalidade homossexual***

Universidade Fernando Pessoa

Porto 2014

Andreia Vaz Pinto

Pensar a HOMOPARENTALIDADE... A partir das atitudes de diferentes profissionais relativamente à parentalidade homossexual

Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, por Andreia Vaz Pinto, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, sob a orientação do Professor Doutor Luís Santos e coorientação da Professora Doutora Isabel Silva.

Resumo

No cenário social atual, assistimos a gradativas mudanças na forma de pensar e vivenciar as relações humanas. O presente estudo exploratório de natureza observacional e transversal pretende compreender as perspectivas de diferentes profissionais que, pela sua área de atividade profissional, poderão ter maior probabilidade de estabelecer relacionamentos profissionais com as famílias homoparentais.

Foi estudada uma amostra não probabilística de conveniência constituída por profissionais de três diferentes áreas: a área Psicossocial (179 psicólogos, 70 educadores sociais e 219 assistentes sociais); a área da Educação (82 professores e 55 educadores de infância) e a área da Saúde (16 médicos e 59 enfermeiros). Os participantes deste estudo têm idades compreendidas entre os 20 e 70 anos, sendo 90,1% do sexo feminino. Os participantes responderam eletronicamente à versão portuguesa da Escala de Avaliação das Competências Parentais de Gato e Fontaine (2013), que avalia as opiniões sobre a competência dos futuros pais e o desenvolvimento da criança.

Esta investigação vem apontar a existência de diferenças nas atitudes dos diferentes profissionais relativamente à homoparentalidade, nomeadamente diferenças de atitudes entre assistentes sociais e psicólogos. Da mesma forma, no que concerne à perceção relativamente à estabilidade do casal ou à aptidão parental, existem diferentes perspectivas entre sexo feminino e masculino, sendo que este último tem uma atitude menos favorável relativamente à homoparentalidade. Apenas uma percentagem (32,9%) dos profissionais contactou ao longo do ensino superior com informação científica sobre a temática da homossexualidade e/ou parentalidade homossexual, mas não parecem distinguir-se de forma estatisticamente significativa dos restantes profissionais quanto às suas atitudes em relação à homoparentalidade. Não existem diferenças entre os profissionais que trabalham e os que não trabalham diretamente com processos com crianças.

Palavras-chave: homoparentalidade, profissionais, atitudes

Abstract

In the current social environment we observe gradual changes in the ways people think and how we experience human relationships.

This is an exploratory study of an observational and transversal nature looking forward to understand the perspectives of several professionals who – given their area of work – are more likely to establish professional relationships with homoparental families.

The studied was based on a non-probabilistic sample of convenience from three different professional areas: the psychosocial area (179 psychologists, 70 social educators and 219 social assistants), the education area (82 teachers and 55 kindergarten workers) as well as the health area (16 doctors and 59 nurses). The age of the participants in this study ranges from 20 to 70 and 90,1% are females. The participants have answered, through electronic means, to a Portuguese version of the Scale of Assessment of Parenting Competences by Gato and Fontaine (2013), which evaluates the opinions on competency of future parents for the child development.

This research points to the presence of differences in the attitude of diverse professionals in what regards same-sex parenting, namely attitude differences between social assistants and psychologists. Similarly, in what regards the perception of stability in the couple or ability for parenting, there are different perspectives between women and men, the latter having a less favourable approach towards same-sex parenting. Only a percentage of professionals (32,9%) has been in touch, during their higher education process, with scientific information on the topic of homosexuality and/or same-sex parenting, but these do not seem to be statistically different from the other professionals in what regards their attitude towards homosexuality. There are virtually no differences between the professionals working directly or indirectly with children.

Keywords: lesbian and gay parenting, professional, attitudes

“O futuro pertence àqueles que acreditam na beleza de seus sonhos”

Elleanor Roosevelt

Agradecimentos

Um pequeno passo para combater a discriminação, todos os cidadãos devem ter os mesmos deveres e igualdade de direitos. A sociedade está em mudança, mas grande parte da população ainda não refletiu que as opções de vida de cada indivíduo devem ser respeitadas e aceites.

Todo o meu caminho no Mestrado em Serviço Social foi uma mais-valia em termos pessoais e profissionais. Neste caminho surgiram obstáculos que foram ultrapassados de uma forma mais ou menos positiva. Este passo não seria possível sem a ajuda e apoio das pessoas que vou mencionar.

Aos meus orientadores Professor Doutor Luís Santos e Professora Doutora Isabel Silva, sem vocês a realização deste trabalho não seria possível. Agradeço toda a disponibilidade, atenção e por terem sempre as palavras certas na hora certa.

A todos os técnicos que despenderam um pouco do seu tempo para responderem ao questionário e assim tornarem este estudo possível.

À minha família e amigos que sempre me apoiaram e me deram força para alcançar este objetivo. Em especial à Sara, Xana, Catarina e Cláudia que me ouviram, aconselharam e estiveram sempre lá quando mais precisei.

Marisa, a ti um obrigada mais do que especial... por todo o apoio e pela tua palavra amiga todos os dias. E por teres feito, mesmo sem querer, com que pensasse na minha vida e assim desse um “salto” para um futuro melhor.

A ti meu amor e amigo, por toda a paciência, amor e por todas as palavras de apoio e incentivo desde o primeiro dia que entraste na minha vida. Sérgio, és e sempre serás muito especial.

À minha sobrinha por fazer com que a minha vida fique mais preenchida e ao meu irmão e cunhada pelas palavras que me fazem sempre querer concretizar e fazer melhor.

Aos meus pais que discretamente caminham comigo. Obrigada pela infinita paciência e pelos constantes ensinamentos.

Obrigada a todos do fundo do coração!!!

Índice

Resumo.....	i
Abstract.....	ii
Agradecimentos.....	iv
Índice.....	v
Índice de Anexos.....	vii
Índice de Quadros.....	viii
Introdução.....	9
Parte I – Revisão da Literatura.....	13
Cap. I – Homoparentalidade.....	14
1.1 – Introdução.....	14
1.2 – Família.....	14
1.3 – Parentalidade.....	17
1.4 – Homoparentalidade.....	19
1.4.1 – Famílias Homoparentais.....	22
1.4.2 – A Criança e a família homoparental.....	25
1.4.3 – Acesso à Homoparentalidade.....	28
1.4.4 – Perspetiva dos diferentes profissionais relativamente à Homoparentalidade.....	29

Parte II – Estudo Empírico.....	32
Cap. II – Metodologia de Investigação.....	33
2.1 – Introdução.....	33
2.2 – Pertinência da Investigação	34
2.3 – Desenho da Investigação e Objetivos.....	34
2.4 – Método.....	36
2.4.1 – Participantes	36
2.4.2 – Material.....	39
2.4.2.1 – Vinheta com situação de adoção	39
2.4.2.2 – Escala de Avaliação das Competências Parentais	40
2.4.2.3 – Questionário sociodemográfico.....	41
2.5 – Procedimento.....	41
Cap. III – Resultados	44
Cap. IV – Discussão	50
Conclusão... ..	62
Referências.....	65
Anexos.....	71

Índice de Anexos

Anexo A: Escala de Avaliação das Competências Parentais	72
Anexo B: Autorização para utilizar a Escala de Avaliação.....	80
Anexo C: Autorização para alterar a Escala de Avaliação.....	81
Anexo D: Alterações da Escala de Avaliação	82
Anexo E: Autorização Comissão de Ética da UFP.....	83

Índice de Quadros

Quadro 1 – Área de formação.....	36
Quadro 2 – Sexo dos participantes	37
Quadro 3 – Idade dos participantes	37
Quadro 4 – Estado civil	38
Quadro 5 – Anos de serviço	38
Quadro 6 – Profissionais que trabalharam/trabalham com processos com crianças	39
Quadro 7 – Diferenças nas atitudes entre os profissionais relativamente à homoparentalidade.....	44
Quadro 8 – Diferenças entre os profissionais dos dois sexos quanto às atitudes sobre a homoparentalidade.....	46
Quadro 9 – Profissionais contactaram com a temática.....	50

Introdução

O presente estudo pretende contribuir para uma discussão possível em torno da temática da homoparentalidade, a partir da recolha e compreensão das perspetivas de diferentes profissionais que, pela sua área de atividade profissional, poderão ter maior probabilidade de estabelecer relacionamentos profissionais com as famílias homoparentais.

O crescente debate social relativamente à homoparentalidade, lança diversas questões sobre esta temática, nomeadamente questões de cariz político com a atual discussão acerca da co-adoção homossexual. Desta forma, torna-se pertinente lançar uma abordagem social que enfoque diferentes perspetivas e atitudes sobre este tema. Neste estudo, abordam-se atitudes e perspetivas em relação à homoparentalidade por parte de técnicos, que, no âmbito da sua atuação profissional, terão maior probabilidade de contacto com este tipo de estrutura familiar. Gato (2014) refere a importância de focalizar, numa possível discussão sobre a temática, a probabilidade de existência de preconceito em áreas profissionais que promovem bem-estar e proteção de direitos humanos de crianças, adultos e jovens (Bos, van Balen, Van der Boom & Sanfort, 2004).

A integração social de estruturas familiares alternativas às convencionais, passa, num primeiro momento, pela análise da discriminação e estereótipos à qual a homoparentalidade está sujeita. Numa fase ainda mais inicial desta análise, torna-se crucial perceber se atitudes menos positivas existem nas classes profissionais cujo o contacto com famílias homoparentais é expectável.

A Ordem dos Psicólogos Portugueses (2013), refere um estudo no qual 82 crianças e jovens de famílias homossexuais e bissexuais são entrevistadas relativamente às suas vivências familiares e sociais no âmbito das suas estruturas familiares alternativas às convencionais. À semelhança de preconceitos existentes noutras minorias, a conclusão do estudo revela que estas crianças e jovens extraem sofrimento não de vivências familiares, mas de preconceito social (Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2013). Também Robitaille e Jacques (2009), em entrevistas semiestruturadas realizadas a jovens provenientes de agregado familiar homoparental,

concluem que estes adolescentes sofriam de estigma social derivado à sua estrutura familiar não convencional.

O estigma social e discriminação associados à homoparentalidade parecem estar ligados aos papéis parentais convencionados como sendo característicos de pai e mãe. Ou seja, assume-se socialmente que os diferentes géneros têm diferentes papéis rígidos no processo de parentalidade que, por sua vez, se tornariam basilares no desenvolvimento da criança. A esta questão implícita, a Ordem dos Psicólogos Portugueses, em *Relatório de Evidência Científica Psicológica sobre Relações Familiares e Desenvolvimento Infantil nas Famílias Homoparentais* (2013), responde prontamente, as crianças não precisam de um pai e uma mãe para crescerem saudáveis. Bastante mais importante que a orientação sexual dos pais para o desenvolvimento da criança, é a qualidade das interações familiares no contexto em que a criança se encontra inserida.

A desmitificação das competências parentais de um casal homossexual tem que passar portanto pela análise das perspetivas sociais acerca da homoparentalidade para uma futura intervenção e reeducação acerca da temática. Numa primeira fase, pela análise de atitudes e perspetivas de técnicos que tenham a probabilidade de se confrontar com este tipo de estrutura familiar. O presente estudo objetiva este tipo de análise primária.

A presente investigação debruça-se sobre a perspetiva relativamente à homoparentalidade de profissionais que, pela sua área de atividade profissional, poderão ter maior probabilidade de estabelecer relacionamentos profissionais com famílias homoparentais. No cenário atual, a adoção de crianças por casais homossexuais tem sido debatida de forma recorrente, sempre perspetivada como um direito da minoria homossexual. Acima de qualquer outra coisa, a adoção, independentemente do ou dos adotantes, tem que ser encarada como um direito da criança. Este é um dos pontos fulcrais do processo da homoparentalidade, aquele em que é perspetivada como sendo do superior interesse da criança que, como alternativa, encara a possibilidade da institucionalização, nalguns casos até à maioridade. A importância da visão de alguns profissionais, neste caso profissionais que no âmbito da sua ação profissional se possam cruzar com casos de homoparentalidade, prende-se com dois pontos essenciais. O primeiro, remete para, numa eventual situação de adoção por casais homossexuais, estes profissionais ou a sua maioria serem os profissionais que vão acompanhar todo o processo. O segundo ponto, remete para a desconstrução de ideias pré-concebidas sobre

a temática por parte de profissionais que podem entrar em contacto com este tipo de família. Estarão os profissionais aptos para trabalhar com estas famílias? Existe necessidade de realizar mais divulgação a este nível? Os nossos profissionais estão a ser formados pelas instituições académicas a este nível? Estas questões orientam-nos para uma possível intervenção de desconstrução de ideias pre-concebidas em relação à temática em estudo. Da mesma forma, é possível, através desta investigação, identificar áreas nas quais o tema suscita atitudes menos positivas. Encarando este estudo como um ponto de partida, podemos preconizar uma intervenção iniciada no próprio percurso académico dos futuros profissionais. Gato (2014) aborda inclusivamente a hipótese da introdução de uma disciplina de Psicologia LGBT, uma vez que mesmo relativamente aos preconceitos anti-homossexuais, apenas a psicologia social e numa fase mais recente, enfoca este tema.

Em suma, pensar a homoparentalidade envolve esse conhecimento aprofundado de perspetivas, uma vez que delas dependem objetivos para futuras intervenções neste campo.

A escolha por este tema, para além da sua relevância para a construção do saber em Serviço Social, prende-se também com a sua pertinência atual. Recentemente assistimos a alterações legislativas tais como a aprovação do casamento entre casais homossexuais e o debate de novas leis sobre a co-adoção, sendo pois este, um momento marcante e de mudança na sociedade portuguesa.

Privilegiou-se na investigação um paradigma investigativo quantitativo determinada de acordo com o que se pretendia obter em termos de resultados. A recolha de dados foi materializada através de um questionário a um grupo de pessoas com características previamente definidas.

Este trabalho está dividido em duas partes, sendo elas, a parte teórica e a parte empírica. Na parte teórica será feita uma explanação sobre os conceitos de família, parentalidade, homoparentalidade e famílias homoparentais. Nesta parte será também abordado o tema famílias homoparentais, a criança e a família homoparental, as formas de acesso à Homoparentalidade e o que pensam os diferentes profissionais sobre a Homoparentalidade.

A segunda parte tem três capítulos, sendo o primeiro a metodologia de investigação que expõe o desenho da investigação e os seus objetivos, o método adotado, nomeadamente a descrição dos participantes, o material utilizado para o estudo

e do procedimento. Nos restantes capítulos debruçamo-nos sobre os resultados e sua discussão. Por fim, expomos as conclusões do estudo realizado.

Encontrar o lugar da homoparentalidade no contexto social atual implica uma intervenção prática em determinadas áreas carentes de auxílio. A presente investigação deverá ser vista como um ponto de partida neste processo interventivo.

Pensar a homoparentalidade implica uma contextualização real da temática. Ao debruçarmo-nos sobre atitudes e perceções acerca do tema, avançamos na direção dessa contextualização, sendo que o primeiro momento dessa análise tem obrigatoriamente de passar pelas pessoas cujo contacto com famílias homoparentais já existe ou é expectável. Neste caso, seleccionamos um conjunto de indivíduos, técnicos que, no âmbito da sua atuação profissional o contacto com famílias homoparentais já existe ou poderá vir a existir.

Parte I
Revisão da Literatura

Cap. I – Homoparentalidade

1.1 – Introdução

Neste capítulo desenvolvemos três conceitos fundamentais para uma melhor compreensão do tema e dos objetivos a que nos propusemos responder, nomeadamente: Família, Parentalidade e Homoparentalidade. Abordaremos estes conceitos de forma a acompanhar, na medida do possível, o desenvolvimento das estruturas familiares desde o núcleo familiar tradicional até às formas não convencionais de pensar e vivenciar o conceito de família. A emergência de estruturas familiares não convencionais lança a visão social sobre a homoparentalidade.

1.2 – Família

Apesar das diversas transformações que sofreu, a família, como estrutura, é um fenômeno universal presente em todos os tipos de sociedade”

(Kamers, 2006, p.116)

Segundo Kaloustian (1994), independentemente da estruturação ou composição do agregado familiar, é no seio da família que a criança vê garantidas necessidades básicas como sobrevivência ou proteção. É esta a primeira e mais primária forma de interação afetiva e na qual são providenciadas ferramentas essenciais ao desenvolvimento. A família tem portanto um papel fundamental e decisivo na educação formal e informal, e onde são desenvolvidos conceitos de cariz moral, social, humanitário e ético. É aqui, neste núcleo essencial de desenvolvimento humano que se

constroem valores de cariz cultural. A família tem papel decisivo na educação dos filhos, socialização, proteção e segurança, e desta forma deve garantir estabilidade emocional a todos os seus membros (Delgado, 2013).

Numa revisão da literatura desenvolvida por Alarcão (2000), a família é definida como um sistema no qual os elementos que o constituem estão ligados por um conjunto de relações que se prolongam para o exterior de forma equilibrada durante o processo de desenvolvimento através de fases de evolução distintas. As interações que se constroem dentro da família organizam-se segundo sequências consecutivas de trocas verbais e não-verbais que se desenvolvem no quotidiano familiar como consequência de adaptações recíprocas, implícitas e explícitas entre os vários elementos que a compõem (Alarcão, 2000).

“Na nossa sociedade contemporânea ocidental, a família é percebida como a mais “natural” das instituições” (Zambrano, 2006a, p.125). A dinâmica familiar convencionada como natural é constituída por uma mãe, um pai e filhos. Mas a realidade é que existem várias formas de família (Heywood, 2004). O conceito de família tradicional envolve um agregado familiar composto por pai e mãe, com iguais responsabilidades. Convenciona-se, nesta vertente mais tradicionalista, que o pai assegura a sustentabilidade financeira, e a mãe assume o papel do trabalho doméstico e do cuidado primário às crianças. É de esperar também que as capacidades sociais da criança estão diretamente ligadas à construção deste modelo familiar. No entanto, várias estatísticas internacionais revelam que muitas crianças estão enquadradas noutros cenários familiares, como famílias monoparentais, famílias nas quais o papel de sustentabilidade financeira não é assegurado pelo pai ou que o cuidado primário não é assegurado pela mãe, famílias reestruturadas após divórcio (Heywood, 2004).

A história e a antropologia com os seus estudos demonstram que a estrutura família tem vindo a sofrer ao longo dos séculos várias mudanças, tornando-se no século XIX um lugar afetuoso, o que não acontecia na antiguidade romana, em que a família tinha um chefe e os restantes elementos tinham a obrigação de lhe obedecer (Zambrano, 2006b). As mudanças das últimas décadas dizem respeito ao aumento das separações, das uniões de facto, dos divórcios, da monoparentalidade, das famílias reconstruídas e de um maior reconhecimento dos casais homossexuais (Williams, 2010).

Estas alterações no sistema familiar são também acompanhadas por outras mudanças, tais como, o maior número de mães com atividade profissional, menor número de filhos, a subida da idade média das mulheres quando têm o primeiro filho, o

número de mulheres com idade superior a 25 anos sem filhos, uma sociedade cada vez mais envelhecida, uma sociedade multicultural e o aumento das desigualdades (Williams, 2010).

O conceito de família está em gradativa mudança. Existindo vários tipos de família, as mais comuns na sociedade ocidental são famílias nucleares, heterossexuais e monogâmicas. Após o divórcio surgiram outras combinações familiares, tais como, famílias recompostas, famílias monoparentais, famílias de acolhimento e surge também dentro destas novas dinâmicas familiares a família homoparental (Zambrano, 2006b). Cada vez menos o conceito de família está diretamente relacionado com laços de sangue ou casamento e tendem a estar associadas a conceitos como confiança, destino comum, estabilidade, entre outros (Delgado, 2013).

Muitos sociólogos e demógrafos defendem que estas mudanças não significam o fim da família e demonstram que todas estas alterações são resultado das necessidades e comportamentos dos indivíduos (Leandro, 2011).

Gato (2014), numa revisão de literatura produzida no domínio da família, descreve que numa perspetiva menos tradicional e mais moderna do conceito de família, transformam-se relações conjugais e parentais no sentido de uma maior valorização da afetividade e, em consequência, escolhas afetivas. Ao longo dos anos fomos assistindo a uma privatização do núcleo familiar, uma vez que a família moderna, não estando em total dependência económica de um núcleo familiar alargado, inibe a intrusão de familiares, vizinhos ou comunidade envolvente na vida quotidiana (Torres et al., 2006). É nesta perspetiva de ausência de controlo externo que a família evolui de convencionalismos como o casamento por conveniência para um espaço de afetos e escolhas conjugais e familiares. Num período posterior, as relações familiares são também profundamente impactadas pela luta pela igualdade entre homens e mulheres (Torres et al., 2006).

Alarcão (2000, p.35), refere o conceito de família como “o lugar onde naturalmente nascemos, crescemos e morremos, ainda que, nesse longo percurso, possamos ir tendo mais do que uma família”.

Assim sendo, família pode ser vista de diferentes perspetivas. Na nossa perspetiva, o termo “família” está associado ao pilar básico e fundamental do desenvolvimento humano, sendo que vários paradigmas defendem esta como a forma primordial de interação socio-emocional. É portanto, na nossa opinião, um dos conceitos mais ricos – do ponto de vista emocional, estrutural, social e até económico –

do vocabulário humano. Um variado leque de problemas sociais é interpretado como tendo a sua origem na destruturação familiar, e, desta forma, várias políticas sociais voltam-se para intervenções que visem o fortalecimento da família.

1.3 – Parentalidade

“O conceito de parentalidade não parece ser consensual nos diversos autores, podendo muitas vezes ser confundido com conceitos como paternidade, paternal, patriarcal e monoparental”
(Relvas & Alarcão, 2007, p. 266).

As primeiras definições de parentalidade ocorreram nos anos 70 do século XX com algumas investigações sobre a temática, devido à necessidade de definir os papéis e as funções mais partilhadas nas dinâmicas da família (Relvas & Alarcão, 2007). A parentalidade está relacionada com todas as atividades quotidianas em torno do exercício das funções parentais, tais como, cuidados básicos, educação, saúde, entre outros. Ou seja, a parentalidade é o exercício do cuidar, dar educação e criar uma criança, que pode ser desempenhada por alguém, mesmo que este não tenha vínculo de parentesco ou vínculo legal (Zambrano, 2006a).

“O que é, então, culturalmente universal quando falamos de parentalidade? Que as crianças, quando nascem, precisam de ser protegidas, cuidadas e educadas. Este é, em rigor, o único universal” (Vale de Almeida, 2004, p.25).

No âmbito da parentalidade podemos definir dois conceitos: parentalidade biológica e parentalidade social. O primeiro conceito remete para a aceitação social, ou seja, a parentalidade que advém de ligações genéticas é socialmente mais bem encarada; o segundo demonstra que as ligações fundamentais são as sociais (Louro, 2004). Desta forma, o autor assume que parentalidade não deve ser uma posição adquirida biologicamente, mas sim uma relação social. Tal como o conceito de família, também o conceito de parentalidade está em gradativa mudança e não está restrito aos papéis

atribuídos pela sociedade. A parentalidade social diz respeito ao apoio que um indivíduo dá à criança para o seu desenvolvimento e educação independentemente da responsabilidade ou da tutela legal que tem com a criança (Louro, 2004).

Um outro conceito importante no debate da temática é o conceito de parentalidade psicológica. Este diz respeito aos laços que se criam sem vínculo biológico entre a criança e os seus cuidadores que podem desenvolver-se de uma forma lenta mas estável (Relvas & Alarcão, 2007). A qualidade e quantidade de tempo que os pais passam com a criança vai determinar o desenvolvimento bem-sucedido da parentalidade psicológica. A parentalidade psicológica não depende dos laços de sangue entre a criança e seus pais, mas sim do desenvolvimento de cada dia entre eles (Relvas & Alarcão, 2007).

No século XV assiste-se a uma alteração do estatuto e da importância da criança na família. É aqui que surge verdadeiramente o sentido de família, em que a criança passa a ter um papel importante no seio familiar, facto que foi bastante importante para o desenvolvimento emocional da criança, bem como para todos os membros do agregado (Ariés, 1981, *cit. in* Rodriguez & Paiva, 2009). Os papéis do pai e da mãe na família foram-se vincando com o passar dos anos e tornaram-se indispensáveis no desenvolvimento da criança, tanto ao nível científico como no âmbito do senso comum (Rodriguez & Paiva, 2009).

Santos (2004), rejeita convencionalismos de género, sendo que refere que as funções materna e paterna não têm relação com o género do cuidador, mas antes com o papel que o este exerce, que pode ser mais feminino e associado ao termo maternal, ou mais masculino associado ao termo paternal. As funções parentais devem ser negociadas entre as partes e menos dependentes do género de cada indivíduo. É desta forma que conseguimos ter uma melhor compreensão das novas e emergentes estruturas familiares, nomeadamente famílias de casais do mesmo sexo (Rodriguez & Paiva, 2009).

Garbar e Tehodore (2000), defendem o termo parentalidade como estando associado ao relacionamento e à qualidade emocional de relacionamento entre pais e filhos. Este relacionamento é construído com base no desenvolvimento emocional dos pais e dos filhos, sendo que, desta forma, a parentalidade poderá ser desenvolvida por várias pessoas, vários pais e mães (Rodriguez & Paiva, 2009). Cruz (2005) refere parentalidade como o processo segundo o qual, os pais, sendo os principais responsáveis da criança, influenciam o seu processo de desenvolvimento. Estes

conceitos não são díspares, estando intrinsecamente ligados, uma vez que falar em qualidade emocional de relacionamento lança a hipótese implícita do impacto deste relacionamento no desenvolvimento da criança. Várias investigações acerca da temática da parentalidade têm focalizado a relação entre as variáveis parentais e os níveis de competência das crianças.

Em suma, e mediante a nossa perspetiva, falar de parentalidade é falar de qualidade de relacionamento entre crianças e cuidadores e a forma como esse relacionamento afeta o desenvolvimento da criança.

1.4 – Homoparentalidade

Entende-se por homoparentalidade a situação de uma família em que pelo menos um dos pais é homossexual e que exerce diariamente funções de cuidador da criança. Este neologismo foi criado em 1997 pela Associação de Pais e Futuros Pais *Gays* e *Lésbicas* em Paris (Gato, 2014).

Este é um tema rodeado de controvérsia, nomeadamente no que concerne à legitimação da homoparentalidade ou da família homoparental. As lutas feministas, a revolução sexual, as técnicas de procriação medicamente assistida e o movimento de defesa dos direitos das pessoas LGBT foram momentos sociais que tiveram importância para a legitimação da homoparentalidade (Pichardo, 2009, *cit. in* Gato, 2014). Segundo Roudinesco (2002), em 1965-70 na Califórnia casais *gays* e *lésbicas* tornaram público o desejo de acesso à parentalidade, situação que teve grande impacto cultural que permitiu um arranque para a criação de novas estruturas familiares. Esta nova forma de parentalidade foi tida como escandalosa por, segundo grande parte da opinião pública, serem alteradas as regras da procriação natural.

A falta de informação que impulsiona preconceitos leva à existência de muitas dúvidas sobre a parentalidade dos casais homossexuais (Rodríguez & Paiva, 2009). Durante muitos anos, assiste-se a um isolamento dos indivíduos homossexuais, no qual não existe uma assunção pública da orientação sexual e que, inclusivamente os impulsiona a ter atitudes de cariz sexual tidas como aceites em sociedade. Esta realidade

vem progressivamente a alterar-se até à atualidade, na qual os indivíduos homossexuais lutam pelo direito à adoção (Zambrano, 2006b).

Como já foi referido, a parentalidade homossexual encontra-se rodeada de vários preconceitos ou ideias geradas pela desinformação acerca do tema. Vários estereótipos relativamente à homoparentalidade apontam lacunas nas competências parentais do casal homossexual. Relativamente a este facto, Alarcão (2000) refere estudos que revelam que as famílias homossexuais não diferem em muito das famílias heterossexuais, independentemente das opiniões em contrário.

O Relatório Técnico publicado pela *American Academy of Pediatrics*, em Fevereiro de 2002, concluiu que existem semelhanças no exercício da parentalidade entre casais homossexuais e casais heterossexuais em vários aspetos, tais como, “*atitudes parentais, comportamento, personalidade e ajustamento dos pais*” (APA, 2002, *cit. in* Associação ILGA Portugal, 2008, p. 14). O estudo revela que as práticas das famílias heterossexuais e homossexuais são as mesmas em atividades como: brincar e ler histórias aos filhos, ajudar nos trabalhos para casa, estimular o contacto com amigos e familiares, educar, cuidar, dar carinho, proporcionar atividades extracurriculares e harmonizar os vários papéis sociais (Associação ILGA Portugal, 2008). Zambrano (2006a) refere estudos que concluem que a orientação sexual não interfere na forma como o casal se relaciona com os filhos. A aceitação pública da homoparentalidade é por vezes rejeitada por existir, neste tipo de estrutura familiar, a lacuna uma figura parental ou maternal. Este é um ponto que também se verifica noutra tipo de estruturas familiares, nomeadamente na adoção monoparental que é inclusivamente legal em Portugal (Associação ILGA Portugal, 2008).

Patterson (2002) refere ainda que as perspetivas e atitudes menos positivas relacionadas com a homoparentalidade parecem ter uma relação direta com o convencionalismo social que associa dois progenitores de sexo diferente ao desenvolvimento saudável da criança (Gato, Freitas & Fontaine, 2012).

Esta premissa contraria diretamente o ponto da legislação portuguesa que refere a possibilidade de adoção monoparental seja qual for a orientação sexual do indivíduo que se propõe a adotar. Se nos debruçarmos sobre este ponto, efetivamente, a lei portuguesa permite que o indivíduo solteiro seja elegível para adoção, o que cria, ainda que de forma rebuscada, espaço para a homoparentalidade uma vez que o indivíduo solteiro que se propõe a adotar pode ter uma orientação sexual que não a heterossexualidade. No entanto, a adoção por parte do casal homossexual está ainda não

regulamentada e interdita em Portugal. Lança-se assim a questão relativamente à perspetiva social da homoparentalidade estar intrinsecamente relacionada com o estatuto conjugal dos adotantes (Gato, Freitas et al. 2012).

Não obstante as dificuldades de aceitação social referidas acima, cria-se já espaço para a homoparentalidade no contexto social atual, podendo mesmo ser encarada como uma emergente estrutura familiar. Este é um tema que vem a ser debatido por variadíssimos profissionais de atuação social. Aqui, as opiniões divergem. Alguns profissionais têm algumas dúvidas no que diz respeito a esta nova forma de família. Juridicamente, os casais homossexuais têm dificuldades em serem reconhecidos como família e conseqüentemente vêm vedado o direito legal de adotar. A preocupação com as crianças nas instâncias jurídicas é constante, mas raramente chegam à conclusão que a autorização da adoção por casais homossexuais pode ser uma opção (Silva, 2008).

Nos EUA, alguns estados aprovaram a adoção por homossexuais, nos restantes proibem lésbicas e *gays* de adotar em co-parentalidade. Em grande parte dos Estados, apenas um membro do casal homossexual pode ter uma relação jurídica parental com a criança que é adotada pelo casal. Aqui, é conveniente referir que a criança teria a ganhar com adoção conjunta, nomeadamente poderia valer-se dos benefícios de ambos os pais como do seguro de saúde, o acesso à assistência médica, pensão por morte, a herança, e ao apoio de ambos os pais em caso de separação (APA, 2002).

A *American Psychiatric Association* – APA – (Associação Americana de Psiquiatria), tem apoiado a igualdade e não-discriminação no que diz respeito às questões legais que afetam a saúde mental. Em 2000, a APA apoiou o reconhecimento legal das uniões do mesmo sexo e os seus direitos, benefícios e responsabilidades. A APA apoiou também os esforços para uma educação social acerca a homossexualidade e as necessidades de saúde mental de mulheres lésbicas, *gays*, e as suas famílias, nomeadamente, auxilia a remover as barreiras jurídicas que influenciam negativamente a saúde física e emocional de crianças criadas por pais *gays* e lésbicas (APA, 2002).

De facto, e conforme referem os estudos e pesquisas sobre família e parentesco feitos pela Associação Americana de Antropologia, as várias formas de família, incluindo as famílias homoparentais, cooperam para a evolução da sociedade (Zambrano, 2006b).

Em Portugal, a homoparentalidade é encarada com muitas dúvidas e controvérsia. Este facto pode estar relacionado com pensamentos pré-concebidos de cariz cultural em relação à homossexualidade. Quando a média europeia é de 32%, em

Portugal só 19% concordam com a adoção por casais do mesmo sexo (Gato & Fontaine, s. d.).

Apesar do que foi referido acima, Portugal continua a ser um país muito restritivo relativamente à homoparentalidade. Recentemente, esteve em discussão aberta a proposta da co-adoção homossexual. Esta proposta aparece diretamente ligada à adoção monoparental que torna o indivíduo solteiro elegível para adotante independentemente da sua orientação sexual. Aqui, se analisarmos esta situação de uma forma lógica, a adoção monoparental abre efetivamente espaço para a homoparentalidade, estando esta regulamentada ou não. No entanto, este foi um passo que não foi dado. A legislação portuguesa continua inalterada relativamente a esta premissa.

1.4.1 – Famílias Homoparentais

Vários estudiosos e profissionais de ação social debruçam-se sobre a estrutura familiar e o impacto que esta tem no desenvolvimento da criança. Como referimos anteriormente, o conceito de família não é unânime socialmente. Este é um conceito que diverge de cultura para cultura, e que, inclusivamente, sofreu várias perspetivas e alterações geracionais. A estrutura familiar não é estanque, mas antes dinâmica e não se confina aos modelos sociais ou aquilo que se convencionou em modelos religiosos (Pereira, 2008).

No decorrer da evolução social e cultural, a discussão acerca de novas estruturas familiares é lançada. É neste cenário de ampla controvérsia, que surge o debate acerca da homoparentalidade. As famílias homoparentais têm portanto sido alvo de vários estudos. Com vista a dar resposta às interpretações preconceituosas que existem a seu respeito, Patterson (1992) sintetiza aqueles que são vistos como os principais motivos na base do preconceito relativamente à homoparentalidade. Num primeiro ponto estaria a ausência das duas figuras, materna e paterna, como estando na base de um desenvolvimento pouco saudável ou desarmonioso. As crianças precisariam de uma educação proveniente de progenitores de sexos diferentes para se desenvolverem saudavelmente. Num segundo ponto, a educação da criança sendo proveniente de

indivíduos de orientação sexual homossexual poderia por em causa a identidade sexual da criança. O terceiro ponto foca a discriminação à qual crianças educadas em famílias homoparentais estariam sujeitas. O quarto ponto refere que crianças em famílias homoparentais correriam maior risco de abuso sexual (Gato & Fontaine, 2010).

Surgem então duas questões relacionadas com as famílias homoparentais, a primeira sobre a noção de família e a segunda sobre o que necessita a criança na família (Dubreuil, 1998, *cit. in* Rodriguez & Paiva, 2009).

Em 1950 começaram as investigações que comparam casais homossexuais com casais heterossexuais. Pesquisas relativas ao desenvolvimento dos filhos de casais homossexuais e casais heterossexuais começaram passados alguns anos. Em 1970 surgiram os primeiros relatos de famílias homoparentais na literatura psiquiátrica (APA, 2005). Zambrano (2006b) refere que existem investigações sobre famílias homoparentais desde 1975. Atualmente, as investigações sobre as famílias homoparentais envolvem maior número e diversidade de famílias do que anteriormente, o que origina uma maior veracidade das investigações. As pesquisas mais antigas, tinham amostras focadas em famílias de classe média o que originava um número grande de críticas e dúvidas relativamente à representação da amostragem (APA, 2005).

“A maioria dos trabalhos empíricos pertence à área da Psicologia e trata da comparação entre o desenvolvimento psicossocial das crianças criadas por pais/mães homossexuais com aquelas criadas por pais/mães heterossexuais, buscando responder se haveria diferenças significativas entre os dois tipos de família: homossexuais e heterossexuais” (Zambrano, 2006b, p. 19).

Um grande ponto de debate relativamente à família homoparental relaciona-se com os convencionalismos relacionados com os papéis de pai e mãe. Em contexto social, determinado tipo de funções na educação dos filhos são tidas como sendo papel da mãe, enquanto que outras são vistas como funções a ser desempenhadas pelo pai. No entanto, as funções parentais mãe/pai, numa família composta por um casal do mesmo sexo podem ser executadas “por qualquer um dos membros do casal, sem que isso faça dele homem ou mulher. Uma mulher ou um homem homossexual não ocupa lugar do sexo oposto pela sua orientação sexual ser o mesmo sexo” (Zambrano, 2006a, p. 24). Passos (2007, p. 277) refere que as funções parentais constroem-se de uma forma simbólica e “essas funções não exigem a presença de uma diferenciação sexual para que haja um pai e uma mãe”.

No âmbito das investigações acerca de homoparentalidade, aspetos pesquisados sobre os pais/mães homossexuais estão relacionados com a capacidade parental e a orientação sexual. No entanto, não podemos falar de homoparentalidade ou de qualquer tipo de parentalidade sem focar o sujeito que dela depende, a criança. Investigações acerca de homoparentalidade quando voltadas para as crianças, abordam, segundo Zambrano (2006b, p. 20) pontos como os seguintes:

“a) à saúde psíquica; b) estabilidade emocional; c) a capacidade de adaptação ao meio; d) o relacionamento interpessoal; e) o enfrentamento do estigma; f) o desenvolvimento da identidade de género; g) a capacidade de diferenciação sexual; h) a orientação sexual”.

Acima de tudo, todas as estruturas familiares visam o interesse e a proteção de todos os membros que as compõem. As famílias homoparentais são semelhantes aos restantes modelos familiares, sendo que a única diferença é exclusivamente a orientação sexual do casal (Ferreira, 2004).

Este tipo de família, aos olhos de algumas instituições, como a igreja, pode ser visto como uma ameaça. Como refere Haag (2007, *cit. in* Rodriguez & Paiva, 2009, p. 17) “a família cristã, idealizada sobre os pilares do casamento indissolúvel e a procriação, estabeleceu a visão sacralizada da família e a ideia de completude da mulher através da maternidade e do homem através da paternidade”.

O debate sobre homoparentalidade é longo, uma vez que vem desafiar uma instituição que, em algumas culturas e sociedades é vista como estanque e como tendo que se submeter a várias convenções. Modelos religiosos ou modelos sociais mais ortodoxos criam dificuldade de aceitação a uma nova estrutura familiar que está ainda ligada a estereótipos. Legalmente, na maior parte dos países, o percurso para legitimação da adoção homoparental ainda é longo e rodeado por preconceitos que não a aceitam. Em Portugal, o caminho legal da homoparentalidade está em gradativa mudança. No entanto, numa família homoparental só um dos membros do casal tem reconhecimento legal em relação à criança, este facto é bastante prejudicial para o menor e interfere nos seus direitos (Ferreira, 2004).

Em Portugal estima-se que possam existir aproximadamente entre 12 e 32 mil famílias homoparentais. Nestas famílias estão incluídas a estrutura monoparental de mães lésbicas e de pais *gays*, famílias reconstruídas após pai ou mãe assumirem a sua orientação homossexualidade e famílias planeadas (Costa et. al., 2012).

Um ponto fundamental no tumultuoso percurso do desenvolvimento das famílias homoparentais em Portugal, foi a lei das uniões de facto. Esta situação veio permitir um gradativo aumento de direitos por parte dos casais homossexuais, onde inclusivamente se cria espaço para a discussão sobre a adoção por parte dos casais do mesmo sexo. A necessidade de mudança surge com os debates políticos e com o impacto que estas temáticas têm na sociedade de forma a que seja possível a alteração de mentalidades mesmo antes que as leis surjam (Vale de Almeida, 2010).

“(...) enquanto as opiniões favoráveis à homoparentalidade encontram suporte empírico nas pesquisas realizadas, as opiniões desfavoráveis não têm um número de pesquisas suficientes e realizadas por pesquisadores respeitados no mundo acadêmico, que possam dar a elas a sustentação necessária para sua confirmação” (Zambrano, 2006b, p. 100).

1.4.2 – A Criança e a família Homoparental

Face à crescente mudança no conceito de família e de estrutura familiar, abre-se espaço para a discussão da homoparentalidade. A questão acerca da homoparentalidade foca, comumente, a legitimidade do direito à parentalidade por parte de casais do mesmo sexo. Independentemente da importância deste primeiro ponto de discussão, a homoparentalidade, assim como toda a discussão que envolve família e parentalidade, tem que focalizar, em primeira instância, o sujeito que delas depende, neste caso, a criança. O cerne da temática tem que incidir sobre o desenvolvimento da criança e a sua correta adaptação social, emocional e estrutural. Em estudo realizado com famílias adotivas *gays* e heterossexuais, Farr et al. (2010) referem não ter encontrado diferenças de adaptação psicológica das crianças independentemente da orientação sexual dos pais (Farr et al., 2010, cit. in Gato, 2014).

Segundo Zambrano (2006b, p.23), o fator importante para o desenvolvimento pleno da criança é “(...) a qualidade que os pais conseguem estabelecer com os filhos. Numa revisão da literatura realizada por esta autora, constata-se que a ausência de pais dos dois sexos não parece ter nenhuma incidência sobre o desenvolvimento da

identidade sexual e o desenvolvimento psicológico geral das crianças” (Zambrano 2006b, p. 23). Fica implícito que o sexo dos cuidadores não é importante para o desenvolvimento saudável da criança. Da mesma forma, o Relatório publicado pela *American Academy of Pediatrics* refere que o “*desenvolvimento emocional e social da criança*” e a “*identidade de género e orientação sexual*” é igualmente semelhante em crianças que crescem em famílias homossexuais e heterossexuais (Associação ILGA Portugal, 2008). Zambrano (2006b) refere ainda que vários autores indicam não existir qualquer diferença entre os cuidados exercidos pelas famílias homoparentais e heterossexuais e revela que as crianças criadas pelas diferentes famílias não apresentam diferenças no seu desenvolvimento. Estudos nas últimas três décadas indicam que crianças criadas por pais homossexuais exibem níveis de funcionamento emocional, cognitivo, social e sexual, idênticos às crianças criadas por pais heterossexuais. É referido ainda que o desenvolvimento ideal para as crianças não é baseado na orientação sexual dos pais, mas em vínculos estáveis com adultos (APA, 2002). Parte do desenvolvimento saudável de uma criança está relacionada com a qualidade do seu vínculo com o seu pai/mãe (Winnicott, 1993, *cit. in* Rodriguez & Paiva, 2009). É no seguimento desta premissa que vários paradigmas do desenvolvimento humano se debruçam exatamente sobre a qualidade do vínculo entre pais e filhos como forma de análise do comportamento da criança.

Um estudo Norte Americano realizado no sistema educativo sobre famílias homoparentais demonstra que 51% das crianças com famílias homoparentais em amostra sofrem de maus-tratos verbais ou físicos por parte dos pares e professores (Gato & Fontaine, 2012). Ray e Gregory (2001, *cit. in* Gato & Fontaine, 2012) num estudo feito com uma amostra de homossexuais e seus filhos na Austrália concluíram que 44% destas crianças sofriam de algum tipo de discriminação.

A Associação ILGA Portugal (2008), relativamente à adoção, defende a oportunidade de adoção da criança em detrimento da institucionalização. Dever-se-á sempre ter em atenção o superior interesse da criança e o debate real da problemática tem que focalizar em primeira instância o bem-estar da criança. A opção pelo desenvolvimento da criança em seio familiar é sempre uma opção de maior validade do que a institucionalização, independentemente do sexo dos pais.

Numa fase em que o superior interesse da criança é priorizado e apesar das investigações demonstrarem que não existe nenhum prejuízo para as crianças, este

continua a ser o fundamento para não legalizar as famílias homoparentais (Zambrano, 2006b).

“Os profissionais «psi» sabem o que faz mal a uma criança: falta de cuidado, de amor, de tolerância, de limites, pais deprimidos ou violentos. Sabem, também, que as crianças têm necessidade de estar em contato com os dois sexos, embora, para alguns, esse contato não tenha de ser feito da célula familiar ou no seu cotidiano, sendo suficiente que a criança tenha tios, tias, avós e um ambiente social composto pelos dois sexos” (Zambrano, 2006b, p. 101).

Como referem Papalia et al., (2001), os pais homossexuais têm relações saudáveis com os seus filhos e desta forma as crianças não têm maior probabilidade de terem problemas psicológicos ou sociais. Os estudos demonstram também que os filhos de casais do mesmo sexo não apresentam probabilidade de serem homossexuais (King *cit. in* Papalia et al. 2001).

Gato e Fontaine (2010) referem a existência de estudos sobre mães lésbicas e os seus filhos que se focam no desenvolvimento psicossocial, no desenvolvimento psicossocial e nas relações sociais das crianças educadas nestas famílias. No que se refere ao desenvolvimento psicossocial a maior parte dos estudos não comprovou a existência de uma noção de identidade de género antagónica ao seu sexo biológico. No que se refere ao seu desenvolvimento psicossocial, não existem diferenças entre famílias homoparentais e as heteroparentais, no que concerne ao comportamento das crianças. No que se refere às relações sociais e à discriminação, as investigações não são concordantes, enquanto que, umas indicam que as crianças educadas em famílias homoparentais não têm maior dificuldade na aceitação entre pares, outros referem que estas são tão aceites quanto as restantes. A ausência de concordância pode estar associada ao contexto social em que as crianças e as suas famílias estão inseridas. De qualquer das formas as crianças educadas por casais do mesmo sexo desenvolvem-se de forma positiva, de igual forma que as crianças educadas em famílias heterossexuais.

1.4.3 – Acesso à Homoparentalidade

Como demonstrado anteriormente, o percurso da homoparentalidade é marcado por grandes desafios, nomeadamente na aceitação social da temática que ainda se confrontam com alguns obstáculos. Da mesma forma, também a trajetória no alcance da legalização da homoparentalidade vê, na maioria dos países, algumas limitações.

No caso da legislação portuguesa, esta não permite que casais do mesmo sexo possam adotar, sendo que os casais homossexuais que querem ter filhos confrontam-se com o desafio de encontrar uma forma que tenha um impacto menos negativo para que consigam realizar o seu objetivo (Passos, 2005). Neste aspeto, a legislação portuguesa é bastante restritiva, sendo que inclusivamente, foi vedada recentemente a proposta de co-adoção homossexual. O caso português permite, no entanto, a adoção monoparental, independentemente da orientação sexual do adotante. Isto vem contrariar diretamente a restrição relativamente à adoção por parte do casal homossexual. Em suma, em Portugal os casais homossexuais não têm possibilidade de se candidatarem à adoção (art. 3º da Lei do casamento n.º 9, Diário da República, 2010).

Aquilo que se vivencia em Portugal relativamente ao acesso à homoparentalidade, não é transversal àquilo que é vivenciado noutros países do mundo. Fazendo uma síntese geral, Zambrano (2006b) defende existirem quatro formas de um casal homossexual chegar à parentalidade: i) através de relações heterossexuais anteriores com filhos e após o término dessa relação um dos parceiros estabelecer um relacionamento com alguém do mesmo sexo e desta forma constituírem uma nova família; ii) através da adoção, que pelo facto de não ser legal no nosso país só um dos membros do casal tem vínculo legal com a criança; iii) no caso das mulheres lésbicas podem recorrer à Inseminação Artificial ou Fertilização Medicamente Assistida, os homens *gays* que quiserem ter um filho biológico têm que recorrer à barriga de aluguer; iv) a co-parentalidade é também uma possibilidade, desta forma a parentalidade é exercida da mesma forma pelos dois elementos do casal, mesmo que só um seja o pai biológico ou legal. Existem também casos em que dois casais homossexuais, um masculino e um feminino, recorram à inseminação artificial caseira, tendo nestes casos a criança dois pais e duas mães, mesmo que só dois deles sejam pais biológicos.

No que diz respeito à co-parentalidade existe vínculo legal e responsabilidade do indivíduo sobre a criança, com direitos e deveres mesmo sem a existência de um vínculo biológico (Louro, 2004).

Como refere Passos (2005) o casal homossexual está sempre dependente de outro elemento para conseguir concretizar a parentalidade. Os casais de lésbicas demonstram maior interesse na parentalidade biológica do que os homens *gays*, estes valorizam mais a parentalidade social (Zambrano, 2006b).

Em Portugal, como foi referido anteriormente, a lei ainda não permite que casais homossexuais possam adotar, no entanto, a lei não proíbe de forma clara a adoção a lésbicas ou *gays* solteiros. Todavia, em Espanha, no Reino Unido, na Holanda, na Bélgica, na Suécia, na Dinamarca, na Noruega, no Canadá, em África do Sul e em vários Estados dos Estados Unidos da América a lei já autoriza a adoção por casais homossexuais (Associação ILGA Portugal, 2008).

No que diz respeito ao Brasil no *Estatuto da Criança e do Adolescente* – ECA 1990 – em nenhum dos artigos existe referência à proibição da adoção de crianças por homossexuais. Mas a adoção não é legal pelo facto da união dos casais homossexuais não ser considerada família; desta forma a adoção só seria possível se fosse feita por um dos elementos do casal homossexual. Desta forma, a adoção por parte de casais homossexuais está associada ao reconhecimento destes casais como uma família (Costa, 2006, *cit. in* Araújo et al., 2007).

1.4.4 – Perspetiva dos diferentes profissionais relativamente à Homoparentalidade

Uma abordagem social da homoparentalidade revela algumas discrepâncias. Diferentes culturas, diferentes gerações ou mesmo diferentes estatutos sociais, perspetivam a temática de forma distinta. Consequência direta disto é a abordagem legal que cada país faz acerca do assunto. No rol de perspetivas acerca do tema, torna-se importante perceber de que forma os diferentes profissionais das várias áreas experienciam o debate acerca da homoparentalidade. As opiniões e as atitudes dos profissionais, nomeadamente os profissionais de ação social, relativamente à homoparentalidade não é unanime.

De acordo com Zambrano (2006b), os diversos profissionais, tais como, juristas, operadores de Direito, psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais, sustentam a sua opinião sobre a parentalidade homossexual tendo em conta a teoria da Psicanálise. As apreciações dentro da Psicanálise são divergentes, no entanto, de acordo com este autor, Toni Anatrella, padre e psicanalista e Pierre Legendre, jurista e psicanalista consideram a homossexualidade uma perversão e julgam que não deveria ser reconhecida legalmente. Este discurso tradicional utiliza fundamentos que se apoiam nas tradições e crenças religiosas que defendem a família tradicional (Zambrano, 2006b).

No entanto, nos EUA, existem várias organizações de profissionais da área da Psiquiatria, Psicanálise e Psicologia que se manifestam favoravelmente ao casamento e adoção por homossexuais (Zambrano, 2006b).

O estudo de Gato e Fontaine (2010) realizado com estudantes universitários da área da psicologia e revelam evidências homofóbicas e concordam mais com a custódia atribuída a um possível progenitor heterossexual do que a um progenitor homossexual. Por outro lado, Crawford, McLeod, Zamboni e Jordan (1999, *cit. in* Gato & Fontaine, 2010) avaliaram as atitudes de psicólogos e verificaram que estes expressam atitudes positivas face à homoparentalidade, ainda que os que dão maior importância à religião se mostrem mais apreensivos. No que diz respeito ao estudo feito a estudantes de Serviço Social na Austrália, a investigação que apresentam evidencia atitudes positivas face à parentalidade homossexual e sentem que esta temática devia ser mais abordada durante o percurso académico (Camilleri & Ryan, 2006).

Os resultados de uma investigação portuguesa sobre as atitudes de futuros profissionais de áreas psicossociais como a Psicologia, o Serviço Social, a Educação Social, a Medicina, a Enfermagem, o Ensino Básico, a Educação de Infância, a Sociologia e o Direito, demonstram, que apesar de não anteciparem mais problemas emocionais nas crianças adotadas por indivíduos homossexuais do que numa criança adotada por sujeitos heterossexuais, previam uma maior possibilidade de uma criança adotada por pessoas homossexuais venham a ser vítimas de discriminação e venham a ter uma preferência homossexual (Gato, Fontaine & Carneiro, 2010).

Perroni e Costa (2008) relatam um estudo qualitativo que teve como objetivo perceber de que forma psicólogos clínicos no Brasil configuram a homoparentalidade. Foram entrevistados 20 psicólogos, dos dois sexos e com experiência na área da psicologia clínica entre os 6 e os 55 anos. Estes profissionais consideram que: o desenvolvimento da criança é o fator mais importante; o casal deve estar bem

emocionalmente, pois a exigência social a que estão expostos pela sociedade é maior do que nos casais heterossexuais, sendo que a estabilidade do casal e da criança é fundamental para enfrentar os preconceitos; a vontade de serem pais é um fator que demonstra coragem para ultrapassar as divergências que podem ter de enfrentar; o casal demonstra a preocupação de procurar orientação psicológica para a criança, revela interesse em oferecer o melhor para a família; por último, os profissionais revelam que a ausência de um papel masculino e feminino pode ser preocupante no desenvolvimento psicossocial da criança. O estudo revela também que 70% dos psicólogos julgam existir fatores mais importantes do que a orientação sexual dos pais no desenvolvimento da criança.

Em suma, esta parte teórica da investigação reúne e articula conceitos como família, parentalidade, homoparentalidade, contextualizando-os no cenário social atual. Aqui é possível estabelecer-se uma correlação entre estes conceitos e a visão de quem os perspectiva. Mais especificamente, a visão de todos os técnicos que ao longo da sua atividade profissional poderão estabelecer relação com a homoparentalidade. Só mediante um estudo que focalize estes temas podemos identificar preconceitos e, conseqüentemente, necessidades de intervenção. O percurso acadêmico e profissional destes técnicos poderá beneficiar de disciplinas que enfoquem esta temática. Ao identificar ideias preconcebidas em relação à homoparentalidade, posicionamos de imediato um ponto de partida de intervenção.

Acima de tudo, torna-se necessário, ao identificar preconceitos, mudar e esclarecer perspectivas e atuações. A perspectiva global em relação à homoparentalidade, apesar de ter tido um gradativo avanço, necessita de mudança. Esta mudança torna-se particularmente relevante quando falamos dos profissionais que vão atuar diretamente com estas estruturas familiares. O técnico que promove bem-estar físico ou mental, ou o profissional que atua na promoção dos direitos humanos tem responsabilidade social acrescida.

Parte II
Estudo Empírico

Cap. II – Metodologia de Investigação

2.1 – Introdução

Este capítulo tem como objetivo apresentar o estudo empírico realizado nesta investigação, mais concretamente a sua pertinência, a descrição da metodologia apresentada, o desenho e os objetivos do estudo, os procedimentos adotados nesta investigação, a apresentação dos participantes, o instrumento de recolha de dados e numa última fase o tratamento e a análise dos dados.

Em era de mudanças a sociedade ainda se confronta com muitos preconceitos em relação à homossexualidade e conseqüentemente à homoparentalidade. No confronto com a escassa literatura existente sobre o tema, a ideia deste estudo surge para que ao analisarmos detalhadamente esta questão se possam desconstruir alguns preconceitos e ideias negativas que a sociedade abarca.

Ansiamos que seja um pequeno contributo científico para uma maior visibilidade do fenómeno confrontando a sociedade para a necessidade de uma urgente adaptação à realidade social pelo superior interesse da criança.

O momento desta investigação coincide com a recente entrada em vigor da lei de aprovação do casamento entre casais homossexuais e o debate de novas leis sobre a co-adoção, pelo que é o momento oportuno para nos focarmos nesta questão.

É um estudo centrado nas perceções dos técnicos que terão maior probabilidade de estabelecer contacto com as famílias homoparentais devido à sua atividade profissional, podendo estes ser agentes de mudança no confronto da sociedade com esta nova realidade.

2.2 – Pertinência da Investigação

Um dos motivos que determinou a escolha deste tema prende-se com o facto desta temática ser relevante para a construção do saber em Serviço Social, e nas restantes áreas de intervenção social. A pertinência do estudo remete para recentes alterações legislativas que entraram recentemente em vigor como a aprovação do casamento entre casais homossexuais e o debate das novas leis sobre a co-adoção.

Cada vez mais os casais homossexuais objetivam os mesmos direitos dos casais heterossexuais, e um desses direitos é a parentalidade. Desta forma, o quotidiano da prática profissional da área do serviço social, vai acompanhar cada vez mais famílias homossexuais com filhos a seu cargo, sejam eles adotados ou de relações anteriores heteronormativas. Neste sentido, é necessário um plano de investigação que aumente o conhecimento acerca deste tema, e que demonstre a visão que alguns grupos da sociedade portuguesa atual têm sobre a homoparentalidade.

Este estudo poderá ajudar a melhorar a atuação profissional e abrir horizontes na visão da população sobre o exercício da parentalidade por pessoas com orientação homossexual.

A análise e investigação deste tema tão atual poderá trazer novas formas de ver e pensar a homoparentalidade. Esta investigação potencia o conhecimento da homoparentalidade podendo, inclusivamente, desmistificá-la.

2.3 – Desenho da Investigação e Objetivos

Este estudo exploratório tem um desenho de investigação transversal observacional, expondo a realidade social sem a manipular fornecendo-nos informação sobre a amostra em causa descrevendo-a. A nossa amostra é não probabilística de conveniência (Ribeiro, 1999).

No confronto com a literatura emergiram uma série de preocupações e interesses que se corporizam no objetivo geral deste estudo: compreender as atitudes dos diferentes profissionais relativamente à homoparentalidade. Os profissionais em estudo são respeitantes a três áreas, a área Psicossocial (psicólogos, educadores sociais e assistentes sociais), a área da Educação (professores e educadores de infância) e a área da Saúde (médicos e enfermeiros). Para operacionalizar o objetivo geral definimos os seguintes objetivos específicos:

- 1) Analisar se existem diferenças significativas nas atitudes entre os diferentes profissionais relativamente à homoparentalidade;
- 2) Analisar se existem diferenças entre os profissionais dos dois sexos quanto às atitudes sobre a homoparentalidade;
- 3) Analisar se existe uma relação entre a idade dos profissionais e as atitudes que apresentam sobre a homoparentalidade;
- 4) Avaliar se o tempo de experiência profissional está relacionado com a atitude dos profissionais sobre a homoparentalidade;
- 5) Aferir se os profissionais que trabalham ou trabalharam diretamente com processos com crianças (em Centros de Acolhimento Temporário, Lares de Infância e Juventude, Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens ou em Equipas de Adoção) têm diferentes atitudes dos restantes profissionais sobre a homoparentalidade;
- 6) Aferir se os valores religiosos estão relacionados com as atitudes relativamente à homoparentalidade nos diferentes profissionais;
- 7) Avaliar se os profissionais ao longo da sua formação no ensino superior contactaram com informação científica sobre a temática da homossexualidade e/ou parentalidade homossexual;
- 8) Avaliar se existem diferenças estatisticamente significativas entre os profissionais que ao longo da sua formação no ensino superior contactaram com informação científica sobre a temática da homossexualidade e/ou parentalidade homossexual e os que não contactaram quanto às suas atitudes face à homoparentalidade.

2.4 – Método

2.4.1 – Participantes

Como exposto anteriormente a presente investigação centra-se exclusivamente numa amostra constituída por profissionais de três áreas diferentes: Psicossocial (psicólogos, educadores sociais e assistentes sociais), a área da Educação (professores e educadores de infância) e a área da Saúde (médicos e enfermeiros) que pelas circunstâncias relacionadas à sua profissão, terão probabilidade de estabelecer relacionamentos profissionais com famílias homoparentais (Quadro 1).

Quadro 1
Área de formação

	<i>n</i>	<i>%</i>
Psicologia	179	26,3%
Educação Social	70	10,3%
Serviço Social	219	32,2%
Ensino Básico/ Secundário	82	12,1%
Educação de Infância	55	8,1%
Medicina	16	2,4%
Enfermagem	59	8,7%
Total (<i>N</i>)	680	100%

Trata-se de uma amostra não probabilística ou intencional de informantes estratégicos de *bola de neve*, a probabilidade de cada elemento da população ser incluída é desconhecida (Ribeiro, 1999).

Aderiram à plataforma *online* e responderam ao questionário 680 profissionais, a maioria dos quais do sexo feminino (Quadro 2).

Quadro 2
Sexo dos participantes

<i>Sexo</i>	<i>n</i>	<i>%</i>
Feminino	613	90,1%
Masculino	67	9,9%
Total (N)	680	100%

A faixa etária dos participantes compreende-se entre os 20 e os 70 anos de idade, a média de idade é 35,6 anos e a mediana é 34 (Quadro 3).

Quadro 3
Idade dos participantes

<i>Idade dos participantes (N=680)</i>	
<i>Min</i>	20
<i>Máx</i>	70
<i>M</i>	35,6
<i>DP</i>	9,09
<i>Med</i>	34

Mais de 50% da nossa amostra é constituída por profissionais casados ou que vivem em união de facto, sendo que a percentagem mais elevada seguinte é constituída por pessoas solteiras (Quadro 4).

Quadro 4
Estado civil

	<i>n</i>	<i>%</i>
Solteiro	236	34,7%
Casado/ união de facto	392	57,6%
Divorciado/ separado	47	6,9%
Viúvo	4	0,6%
Outro	1	0,1%
Total (N)	680	100%

Os profissionais têm em média 11 anos de serviço que oscilam entre os 0 e os 50 anos de serviço (Quadro 5).

Quadro 5
Anos de serviço

<i>Anos de serviço</i>	
<i>Min</i>	0
<i>Max</i>	50
<i>M</i>	11,30
<i>DP</i>	9,12
<i>Med</i>	9

No que diz respeito aos colaboradores que trabalharam ou trabalham em Equipas de Adoção, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais, Centros de Acolhimento Temporário ou Lares de Infância e Juventude, fazem parte do nossa amostra 44,1%, os restantes 55,9% nunca trabalharam nestas áreas (Quadro 6).

Quadro 6
Profissionais que trabalharam/trabalham com processos com crianças

<i>Processos com crianças</i>	<i>n</i>	<i>%</i>
Sim	300	44,1%
Não	380	55,9%
Total (N)	680	100%

2.4.2 – Material

2.4.2.1 – Vinheta com situação de adoção

Foi utilizada uma vinheta com uma situação de candidatura à adoção com um casal homossexual feminino, que pretende adotar um rapaz de seis anos de idade. “Utilizou-se esta situação-estímulo para avaliar atitudes face à homoparentalidade” esta situação-estímulo foi adaptada por Gato (2014, p. 118).

O questionário original apresenta 14 vinhetas, com “*uma situação de adoção na qual os/as candidatos/as são descritos/as como aptos/as para adotar uma criança de seis anos, variando a orientação sexual e estatuto conjugal e também o sexo da*

criança” (Gato et al., 2012). Optamos pela utilização de apenas uma vinheta no questionário com um casal homossexual feminino que pretende adotar um rapaz.

Trata-se de uma situação de adoção fictícia, pois não se enquadra na Lei Portuguesa à da investigação, ou seja, não existe a possibilidade de casais homossexuais adotarem uma criança em Portugal (Gato, 2014).

2.4.2.2 – Escala de Avaliação das Competências Parentais

Foi administrada a versão portuguesa da *Escala de Avaliação das Competências Parentais* (adaptado de Crawford, McLeod, Zamboni, & Jordan, 1999) (cf. Anexo A), desenvolvida por Gato, Freitas & Fontaine, (2013), preliminarmente cumpridas as devidas autorizações, conforme referido anteriormente, especificamente ao Doutor Jorge Gato autor da adaptação da escala (cf. Anexo B).

Segundo Gato et al. (2013), o objetivo do instrumento é avaliar as opiniões dos participantes sobre a competência dos futuros pais e o desenvolvimento da criança mencionada na vinheta, que descreve uma situação de adoção.

Este estudo focalizou-se somente nas competências parentais dos futuros pais devido aos objetivos que foram delineados para esta investigação. Os restantes dados advindos da Escala de Avaliação dos Resultados Desenvolvimentais da Criança não foram analisados, poderão assim ser utilizados em investigações posteriores.

A Escala de Avaliação das Competências Parentais é composta pelo Fator 1 composto por dois itens (Item 8 Pais emocionalmente estável; Item 9 Estabilidade do casal) relacionados com a estabilidade emocional e foi nomeado de *Estabilidade*; o Fator 2 composto por dois itens (Item 6 Abuso físico; Item 5 Negligência emocional) relacionados com a possibilidade de abuso infantil e foi assim denominado de *Abuso*; e o Fator 3 composto por dois itens (Item 11 Recomendação de custódia; Item 4 Capacidade de ensinar valores) relacionados com a recomendação de custódia e capacidade de ensinar valores e foi nomeado de *Aptidão Parental* (Gato et al., 2013).

Segundo Gato, J., Freitas, D., & Fontaine, A. M. (2013), o estudo realizado teve algumas limitações mas mostrou boas qualidades psicométricas e são promissores recursos para medir as atitudes em relação à paternidade do mesmo sexo.

2.4.2.3 – Questionário sociodemográfico

O questionário original pretendia recolher dados relativos ao “sexo, idade, estado civil, curso, ano, instituição de ensino, nível educacional dos estudos dos pais e importância atribuída aos valores religiosos” (Gato, 2014, p. 123).

Foi solicitada a autorização (cf. Anexo C) para alteração do questionário sociodemográfico, visto que o instrumento original foi construído e direcionado para estudantes, e o objetivo da investigação é compreender as atitudes dos profissionais. Desta forma, modificamos as perguntas (cf. Anexo D) curso, ano e instituição para habilitações académicas, área de formação, categoria profissional, anos de serviço, anos de serviço nesta função e trabalhou/ trabalha em equipas de adoção, comissão de proteção de crianças e jovens, equipas multidisciplinares de assessoria aos tribunais, centros de acolhimento temporário ou lares de infância e juventude. Retiramos também a pergunta nível de estudos dos seus pais.

2.5 – Procedimento

Todos os princípios éticos foram assegurados na realização desta investigação, após a seleção do instrumento de recolha de dados foi contactado o autor sendo solicitada a autorização para a utilização (cf. Anexo B).

Foi efetuado também o pedido de autorização e à apresentação do projeto de investigação à Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa, tendo sido concedida (cf. Anexo E).

Privilegiou-se neste trabalho um paradigma investigativo quantitativo, esta escolha foi determinada de acordo com o que se pretendia obter em termos de resultados e também face a disponibilidade da população alvo do nosso estudo. Adotamos como técnica de recolha de dados um questionário, que foi divulgado nas redes sociais e através de correio eletrónico para públicos estratégicos. Solicitamos aos participantes a partilha do *link* do questionário para outros técnicos para obtenção de uma amostra mais significativa.

Antes do preenchimento dos questionários os participantes tiveram conhecimento dos objetivos e do método da investigação e foram devidamente esclarecidos sobre o direito à confidencialidade, anonimato e possibilidade de desistirem sem que disso decorra qualquer consequência negativa. Para procederem ao preenchimento do questionário cada participante teve de assinalar com um X que leram e que consentem, de forma livre e esclarecida em participar.

A recolha de dados foi realizada nos meses de fevereiro, março e abril de 2014. De seguida à administração dos questionários foi elaborada a base de dados e posteriormente foi realizada a análise estatística, foi utilizado o programa Statistical Package for the Social Sciences – SPSS, versão 22.

O questionário abrange todo o território nacional e foram divulgados em redes sociais e enviado por correio eletrónico para todas as comissões de proteção de crianças e jovens, centros de acolhimento temporário, lares de infância e juventude, acolhimento familiar de crianças e jovens, centros de atividades de tempos livres, centros de atividades ocupacionais, estruturas residenciais para pessoas idosas e administração regional de saúde.

Foi iniciada a análise descritiva da amostra através dos dados biográficos: sexo, idade, estado civil, área de formação, anos de serviço e profissionais que trabalharam/trabalham com processos com crianças.

Para analisarmos se existem diferenças entre os diferentes profissionais relativamente à homoparentalidade, realizou-se a análise do One-Way ANOVA utilizando os três fatores e todos itens que fazem parte dos questionários. De forma a analisar se existem diferenças entre os profissionais dos dois sexos quanto às atitudes sobre a homoparentalidade recorreremos à comparação de médias através do teste *t de Student*.

Posteriormente, para efetuarmos a análise da existência de uma relação entre a idade dos profissionais e as atitudes que apresentam sobre a homoparentalidade foi

utilizado o teste Correlação de Pearson. O teste Correlação de Pearson foi também utilizado para avaliar se o tempo de experiência profissional está relacionado com a atitude dos profissionais sobre a homoparentalidade.

De forma a aferir se os profissionais que trabalham ou trabalharam diretamente com processos com crianças (em Centros de Acolhimento Temporário, Lares de Infância e Juventude, Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens ou em Equipas de Adoção) têm diferentes atitudes dos restantes profissionais sobre a homoparentalidade foi realizado o teste *t de Student*.

Utilizamos a correlação de Pearson para aferir se os valores religiosos estão relacionados com as atitudes relativamente à homoparentalidade nos diferentes profissionais.

Procedeu-se ao cálculo do teste *t de Student* para avaliar se existem diferenças estatisticamente significativas entre os profissionais que ao longo da sua formação no ensino superior contactaram com informação científica sobre a temática da homossexualidade e/ou parentalidade homossexual e os que não contactaram quanto às suas atitudes face à homoparentalidade.

Cap. III – Resultados

No presente capítulo fazemos a análise dos dados com o objetivo de obter os objetivos definidos para esta investigação.

O 1º objetivo pretende analisar se existem diferenças significativas nas atitudes entre os diferentes profissionais relativamente à homoparentalidade.

Para analisarmos se existem diferenças entre os diferentes profissionais relativamente à homoparentalidade, realizou-se a análise do One-Way ANOVA.

Certificamo-nos que no que se refere às atitudes entre os diferentes profissionais não existem diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$), com a exceção do Item 2 – *Em que medida está preocupado/a com a estabilidade financeira deste casal?*, $F(6,673)=2,38$; $p < 0,05$, e do Item 10 – *Em que medida está preocupado/a com as competências parentais deste casal?*, $F(6,673)=2,86$; $p < 0,01$. Relativamente a estes dois itens, procedeu-se à análise do teste Post-Hoc de Bonferroni e verificou-se a existência de diferenças estatisticamente significativas apenas entre dois dos grupos profissionais – Psicologia e Serviço Social – ($p < 0,05$ e $p < 0,01$, respetivamente). Os resultados demonstram que os assistentes sociais tem uma atitude mais negativa relativamente à homoparentalidade do que os psicólogos (Quadro 7).

Quadro 7

Diferenças nas atitudes entre os diferentes profissionais relativamente à homoparentalidade

	<i>Psicólogos</i>	<i>Assistentes Sociais</i>
Item 2 – <i>Em que medida está preocupado/a com a estabilidade financeira deste casal?*</i>	<i>M=2,42</i> <i>DP=1,27</i>	<i>M=2,90</i> <i>DP=1,42</i>
Item 10 – <i>Em que medida está preocupado/a com as competências parentais deste casal?*</i>	<i>M=2,20</i> <i>DP=1,16</i>	<i>M=2,74</i> <i>DP=1,51</i>

O 2º objetivo que consiste em analisar se existem diferenças entre os profissionais dos dois sexos quanto às atitudes sobre a homoparentalidade.

Recorremos à comparação de médias através do teste *t de Student* e verificamos que existem diferenças entre os dois grupos relativamente aos três fatores – *Estabilidade*, $t(678)=2,22$; $p<0,05$; *Abuso*, $t(678)=2,36$; $p<0,05$ e *Aptidão Parental*, $t(678)=2,54$; $p<0,05$ –, sendo que o sexo feminino tem uma atitude mais negativa em relação à *Estabilidade* do casal homoparental e o sexo masculino tem atitude mais negativa no que refere ao *Abuso* e à *Aptidão Parental* (Quadro 8).

Quando a comparação dos dois grupos é feita item a item, verifica-se que o sexo masculino apresenta uma atitude mais negativa nos seguintes itens: Item 2 – *Em que medida está preocupado/a com a estabilidade financeira deste casal?*, $t(678)=2,13$; $p<0,34$; Item 4 – *Como avalia a capacidade deste casal transmitir valores e criar uma criança moralmente responsável?*, $t(678)=2,28$; $p<0,05$; Item 5 – *Na sua opinião, qual a probabilidade desta criança vir a ser vítima de negligência emocional?*, $t(678)=2,99$; $p<0,01$; Item 10 – *Em que medida está preocupado/a com as competências parentais deste casal?*, $t(678)=2,49$; $p<0,05$ e no Item 11 – *Se fosse você a decidir, qual a probabilidade de atribuir a custódia desta criança a este casal?*, $t(678)=2,40$; $p<0,05$. E o sexo feminino tem uma atitude mais negativa no item 8 – *Como avalia a estabilidade emocional das pessoas deste casal?*, $t(678)=2,30$; $p<0,05$ (Quadro 8).

Quadro 8

Diferenças entre os profissionais dos dois sexos quanto às atitudes sobre a homoparentalidade

	<i>Feminino (n=613)</i>	<i>Masculino (n=67)</i>
<i>Fator – Estabilidade*</i>	<i>M=9,67 DP=1,90</i>	<i>M=9,11 DP=2,18</i>
<i>Fator – Abuso*</i>	<i>M=4,02 DP=1,86</i>	<i>M=4,59 DP=1,96</i>
<i>Fator – Aptidão Parental*</i>	<i>M=10,54 DP=1,90</i>	<i>M=9,74 DP=2,48</i>
<i>Item 2 – Em que medida está preocupado/a com a estabilidade financeira deste casal?*</i>	<i>M=2,60 DP=1,37</i>	<i>M=2,98 DP=1,54</i>
<i>Item 4 – Como avalia a capacidade deste casal transmitir valores e criar uma criança moralmente responsável?*</i>	<i>M=5,32 DP=0,94</i>	<i>M=4,95 DP=1,29</i>
<i>Item 5 – Na sua opinião, qual a probabilidade desta criança vir a ser vítima de negligência emocional?*</i>	<i>M=2,12 DP=1,11</i>	<i>M=2,55 DP=1,22</i>
<i>Item 8 – Como avalia a estabilidade emocional das pessoas deste casal?*</i>	<i>M=4,93 DP=1,03</i>	<i>M=4,62 DP=1,12</i>
<i>Item 10 – Em que medida está preocupado/a com as competências parentais deste casal?*</i>	<i>M=2,40 DP=1,38</i>	<i>M=2,85 DP=1,57</i>
<i>Item 11 – Se fosse você a decidir, qual a probabilidade de atribuir a custódia desta criança a este casal?*</i>	<i>M=5,21 DP=1,10</i>	<i>M=4,79 DP=1,39</i>

O **3º objetivo** pretende analisar se existe uma relação entre a idade dos profissionais e as atitudes que apresentam sobre a homoparentalidade.

Com a correlação de Pearson verificamos que existe uma correlação estatisticamente significativa entre a idade e os Fatores *Estabilidade* e *Aptidão Parental*, bem como entre aquela e os itens 3, 4, 8, 9 e 11, ainda que não se verificasse uma correlação estatisticamente significativa entre idade e os restantes itens e entre aquela e o Fator *Abuso*.

Verifica-se, assim, que quanto maior a idade dos participantes mais favorável será a sua atitude face à homoparentalidade no que respeita ao Fator *Estabilidade*, $r(680)=-0,12$; $p<0,01$, e menos favorável no que se refere ao Fator *Aptidão Parental* $r(680)=-0,44$; $p<0,0001$.

No Item 4 – *Como avalia a capacidade deste casal transmitir valores e criar uma criança moralmente responsável?*, $r(680)=-0,12$; $p<0,01$; Item 8 – *Como avalia a estabilidade emocional das pessoas deste casal?* $r(680)=-0,12$; $p<0,01$; Item 9 – *Que expectativa tem acerca da estabilidade deste casal no futuro?*, $r(680)=-0,10$; $p<0,01$ e no Item 11 – *Se fosse você a decidir, qual a probabilidade de atribuir a custódia desta criança a este casal?*, $r(680)=-0,09$; $p<0,05$, quanto maior a idade do profissional menos favorável é a atitude face à homoparentalidade nos domínios avaliados.

No que se refere ao Item 3 – *Qual o nível de apoio que considera que este casal receberia da sua comunidade, ao criar esta criança?*, $r(680)=-0,09$; $p<0,05$, quanto maior a idade do profissional mais favorável é a sua atitude.

O **4º objetivo** pretende avaliar se o tempo de experiência profissional está relacionado com a atitude dos profissionais sobre a homoparentalidade.

Com a correlação de Pearson verificamos que existe uma correlação estatisticamente significativa entre o tempo de experiência profissional e o Fator *Estabilidade*, $r(680)=-0,10$; $p<0,01$, mas não com os Fatores *Abuso* e *Aptidão Parental*. Quanto mais anos de serviço tem os profissionais mais positiva é a sua atitude no que refere ao Fator *Estabilidade*.

Quando analisada a correlação entre o tempo de experiência profissional e os itens do questionário verificou-se a existência de correlações estatisticamente significativas entre aquele e os: Item 3 – *Qual o nível de apoio que considera que este*

casal receberia da sua comunidade, ao criar esta criança?, $r(680)=0,11$; $p<0,01$; Item 4 – Como avalia a capacidade deste casal transmitir valores e criar uma criança moralmente responsável?, $r(680)=-0,08$; $p<0,05$; Item 5 – Na sua opinião, qual a probabilidade desta criança vir a ser vítima de negligência emocional?, $r(680)=-0,08$; $p<0,05$; e o Item 6 – Na sua opinião, qual a probabilidade desta criança vir a ser vítima de violência física?, $r(680)=-0,08$; $p<0,05$, quantos mais anos de serviço tem os profissionais mais negativa é a atitude nos domínios avaliados nestes itens.

No Item 8 – Como avalia a estabilidade emocional das pessoas deste casal?, $r(680)=-0,11$; $p<0,01$ – quantos mais anos de serviço mais favorável é a sua atitude face à homoparentalidade.

O **5º objetivo** consistiu em aferir se os profissionais que trabalham ou trabalharam diretamente com processos com crianças (em Centros de Acolhimento Temporário, Lares de Infância e Juventude, Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens ou em Equipas de Adoção) têm diferentes atitudes dos restantes profissionais sobre a homoparentalidade.

Foi realizado o teste *t de Student* tendo-se verificado que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos estudados quanto aos fatores e a todos os itens com a exceção do Item 2 – *Em que medida está preocupado/a com a estabilidade financeira deste casal?*, $t(678)=2,02$; $p<0,05$, e do Item 7 – *Na sua opinião, qual a probabilidade desta criança vir a ser vítima de abuso sexual?*, $t(678)=2,12$; $p<0,05$. Os profissionais que trabalham ou trabalharam diretamente com processos com crianças revelam uma atitude mais positiva no que respeita à preocupação com a estabilidade financeira do casal ($M=2,52$; $DP=1,38$) do que os restantes profissionais ($M=2,74$; $DP=1,41$), mas mais negativa no que se refere à opinião que tem sobre a probabilidade da criança vir a ser vítima de abuso sexual ($M=1,85$; $DP=0,86$) do que estes últimos ($M=1,71$; $DP=0,87$).

O **6º objetivo** pretende aferir se os valores religiosos estão relacionados com as atitudes relativamente à homoparentalidade nos diferentes profissionais.

Com a correlação de Pearson verificamos que existe uma relação estatisticamente significativa entre a importância atribuída aos valores religiosos e os Fatores *Estabilidade* e *Aptidão Parental*, bem como entre aquela e os itens 1, 2, 4, 5, 8, 9, 10 e 11. Não se verificou uma relação estatisticamente significativa entre a importância atribuída aos valores religiosos e o Fator *Abuso* nem entre aquela e os restantes itens.

No Fator *Estabilidade* quanto maior a importância dada aos valores religiosos mais positiva é a atitude do profissional, $r(680)=-0,12$; $p<0,01$. No Fator *Aptidão Parental* quanto maior a importância atribuída aos valores religiosos mais negativa é a atitude do profissional, $r(680)=-0,22$; $p<0,0001$.

No Item 1 – *Em que medida considera que a adoção é a melhor alternativa para uma criança órfã de 6 anos, que esteja sob a custódia do Estado?*, $r(680)=-0,12$; $p<0,001$; Item 2 – *Em que medida está preocupado/a com a estabilidade financeira deste casal?*, $r(680)=0,09$; $p<0,05$; Item 4 – *Como avalia a capacidade deste casal transmitir valores e criar uma criança moralmente responsável?*, $r(680)=-0,21$; $p<0,0001$; Item 5 – *Na sua opinião, qual a probabilidade desta criança vir a ser vítima de negligência emocional?*, $r(680)=0,08$; $p<0,05$; Item 8 – *Como avalia a estabilidade emocional das pessoas deste casal?*, $r(680)=-0,08$; $p<0,05$; Item 9 – *Que expectativa tem acerca da estabilidade deste casal no futuro?*, $r(680)=-0,11$; $p<0,01$; Item 10 – *Em que medida está preocupado/a com as competências parentais deste casal?*, $r(680)=0,18$; $p<0,0001$ e no Item 11 – *Se fosse você a decidir, qual a probabilidade de atribuir a custódia desta criança a este casal?*, $r(680)=-0,20$; $p<0,0001$ – quanto maior a importância atribuída aos valores religiosos mais negativa é a atitude dos profissionais face à homoparentalidade.

O 7º objetivo pretende avaliar se os profissionais ao longo da sua formação no ensino superior contactaram com informação científica sobre a temática da homossexualidade e/ou parentalidade homossexual. A análise descritiva dos resultados encontra-se detalhada no Quadro 9.

Quadro 9
Profissionais contactaram com a temática

	<i>n</i>	<i>%</i>
Sim	224	32,9%
Não	456	67,1%
Total (<i>N</i>)	680	100%

A maior parte dos participantes não contactou com informação científica sobre a temática da homossexualidade e/ou parentalidade homossexual.

O 8º objetivo visa avaliar se existem diferenças estatisticamente significativas entre os profissionais que ao longo da sua formação no ensino superior contactaram com informação científica sobre a temática da homossexualidade e/ou parentalidade homossexual e os que não contactaram quanto às suas atitudes face à homoparentalidade.

Procedeu-se ao cálculo do teste *t de Student* tendo-se verificado que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os profissionais que contactaram com a temática e os restantes profissionais quanto aos três fatores e quanto aos itens individualmente considerados ($p > 0,05$).

Cap. IV – Discussão

O presente estudo centrou-se numa investigação quantitativa que permitiu comparar grupos de profissionais e as suas atitudes relativamente à homoparentalidade. Neste capítulo iremos conceptualizar a análise crítica de resultados num enquadramento teórico pertinente.

O objetivo geral deste estudo é compreender as atitudes dos diferentes profissionais relativamente à homoparentalidade, sendo que foram delineados oito objetivos específicos para a sua concretização.

Nas áreas de formação dos nossos participantes temos uma amostra de psicólogos; educadores sociais; assistentes sociais; professores do ensino básico e secundário; educadores de infância; médicos e enfermeiros. Analisamos assim que a grande maioria dos técnicos são de Serviço Social.

O primeiro objetivo deste estudo pretendia analisar a existência de diferenças significativas nas atitudes entre os diferentes profissionais relativamente à homoparentalidade. Esta análise permitiu verificar que apenas dois grupos de profissionais – assistentes sociais e psicólogos – têm uma atitude distinta, nos restantes certificamo-nos que no que se refere às atitudes entre os diferentes profissionais não existem diferenças estatisticamente significativas nem nos fatores, nem nos itens.

As diferenças entre os dois grupos são visíveis no Item 2 – *Em que medida está preocupado/a com a estabilidade financeira deste casal?*, e no Item 10 – *Em que medida está preocupado/a com as competências parentais deste casal?*, os resultados demonstram que os assistentes sociais tem uma atitude mais negativa relativamente à homoparentalidade do que os psicólogos.

Estarão os assistentes sociais mais alerta para os problemas financeiros e para as competências parentais de qualquer tipo de família devido à sua atividade/ experiência profissional? Será este o fator que origina uma atitude mais desfavorável dos assistentes sociais do que os psicólogos? Ou este “olhar” será apenas focado na orientação sexual do casal?

A APA – *The American Psychiatric Association* – orienta os profissionais de psicologia a atuar de forma a eliminar qualquer tipo de discriminação com base na orientação sexual em matéria de adoção, guarda dos filhos e visitação, assistência social, serviços de saúde reprodutiva e na sua prática, pesquisa, educação e formação (APA, 2004). Este facto pode contribuir para uma perspectiva mais positiva por parte dos psicólogos. Sendo a APA uma entidade de referência máxima para os profissionais de psicologia, o facto de ser simultaneamente uma entidade que estimula uma perspectiva positiva e ausência de preconceito nos seus profissionais, vem impactar as atitudes dos psicólogos relativamente à homoparentalidade.

É, no entanto, importante refletir sobre quais são as razões que levam os profissionais de Serviço Social a terem uma atitude mais desfavorável. Estes são os profissionais que podem trabalhar com famílias homoparentais e adoções caso a lei seja revista e seja aberta a possibilidade dos casais homossexuais adotarem. Torna-se, neste sentido, urgente um tipo de intervenção que desmitifique a temática e que venha elucidar alguns pontos acerca da homoparentalidade nesta área profissional. Não só no que concerne aos técnicos de Serviço Social, mas também para todos os profissionais que fazem parte das equipas multidisciplinares de adoção. É também importante pensar nas outras áreas de possível intervenção com estas famílias homoparentais como a área da saúde, ensino e área jurídica.

Os diferentes técnicos que constituem a nossa amostra posicionam-se nas seguintes áreas: psicologia, enfermagem, medicina, educação de infância, ensino básico/secundário, serviço social e educação social. Aqui, é interessante analisar que nos nossos resultados, nas restantes áreas profissionais que não as de psicologia e de serviço social não existe uma diferença significativa de perspectiva. Falamos de áreas bastante distintas, o que deveria ser revelador de diferenças de atitude, o que na realidade não acontece.

Os nossos resultados não são semelhante aos de um estudo realizado com estudantes de Serviço Social australianos que revela atitude positiva face à homoparentalidade e bons conhecimentos sobre estas estruturas familiares (Camilleri & Rian, 2006). Aqui, a justificação para esta discrepância pode, em primeira análise, estar relacionada com as diferenças culturais dos diferentes contextos nos quais os estudos estão inseridos. Neste ponto, convém lançar um olhar crítico. Estará o contexto português, de alguma forma, a condicionar perspectivas relativamente à homoparentalidade? Ou estará esta diferença de perspectiva relacionada com os

programas curriculares das licenciaturas de serviço social nos diferentes países? Também a ausência de experiência profissional, uma vez que neste último estudo a amostra é composta por estudantes, pode impactar os resultados.

Um outro estudo, este por sua vez português, revela que estudantes do ensino superior têm uma atitude desfavorável em relação às famílias de casais do mesmo sexo. Este estudo revelou que a maioria dos estudantes tem uma opinião desfavorável no que diz respeito à igualdade da parentalidade entre heterossexuais e homossexuais (Xavier et al., 2011). Este estudo pode ter correlação com a questão lançada acima. Será o cenário português um condicionante numa perspetiva positiva relativa ao tema da homoparentalidade? Ou estará a perspetiva menos positiva não tanto relacionada com o contexto geral, mas com a ausência de sensibilização para a temática no ensino superior? Moita (2001) refere estudos que fazem uma análise crítica às perspetivas dos diferentes profissionais. Estes estudos referem que os sociólogos são referenciados como os profissionais menos homofóbicos (DeCrescenzo, 1985 *cit in.* Moita, 2001), enquanto que os assistente sociais e os psiquiatras como os profissionais mais homofóbicos (Liddle, 1999a *cit in.* Moita, 2001). Este facto vem talvez apontar lacunas nos conteúdos programáticos destas licenciaturas, ou a necessidade de sensibilização deste tipo de temáticas neste tipo de formação (Moita, 2001).

Após esta análise é importante referir que há probabilidade de existência de preconceito em áreas profissionais que promovem bem-estar e proteção de direitos humanos de crianças, adultos e jovens (Bos, van Balen, Van der Boom & Sanfort, 2004, *cit in.*, Gato, 2014).

O conhecimento das atitudes que os profissionais têm sobre a temática da homossexualidade e conseqüentemente sobre a homoparentalidade é bastante importante para que se possa intervir (Gato, 2014). Os homossexuais, bissexuais e transsexuais que utilizaram em 2012 os serviços de saúde e serviços sociais foram alvo de algum tipo de discriminação, 10% sentiu-se discriminada nos serviços de saúde e 8% nos serviços sociais (FRA, 2013, *cit in.*, Gato 2014).

O segundo objetivo deste estudo pretendia analisar se existem diferenças entre os profissionais dos dois sexos quanto às atitudes sobre a homoparentalidade. Verificamos que existem diferenças entre os dois grupos relativamente aos três fatores – *Estabilidade, Abuso e Aptidão Parental* –, sendo que o sexo feminino tem uma atitude

mais negativa em relação à *Estabilidade* do casal homoparental e o sexo masculino tem atitude mais negativa no que refere aos fatores *Abuso* e à *Aptidão Parental*.

Quando a comparação dos dois grupos é feita item a item, verifica-se que o sexo masculino apresenta uma atitude mais negativa em vários itens, tais como, *Em que medida está preocupado/a com a estabilidade financeira deste casal?*; *Como avalia a capacidade deste casal transmitir valores e criar uma criança moralmente responsável?*; *Na sua opinião, qual a probabilidade desta criança vir a ser vítima de negligência emocional?*; *Em que medida está preocupado/a com as competências parentais deste casal?* e *Se fosse você a decidir, qual a probabilidade de atribuir a custódia desta criança a este casal?*. O sexo feminino tem uma atitude mais negativa apenas no item *Como avalia a estabilidade emocional das pessoas deste casal?*, ou seja como referido anteriormente no que refere à estabilidade.

Estes resultados demonstram uma atitude mais negativa dos indivíduos do sexo masculino, mas na nossa amostra não existe equilíbrio entre o sexo masculino (9,9%) e o sexo feminino (90,1%). A percentagem de indivíduos do sexo masculino que compõem a amostra é amplamente inferior que a percentagem de elementos do sexo feminino. Este facto pode dever-se essencialmente a factores culturais, uma vez que no contexto nacional, áreas como psicologia, assistência social, educação social, educação de infância ou até mesmo enfermagem são, por norma, área onde existe uma maior afluência de profissionais do sexo feminino.

Estes resultados vêm confirmar estudos de outros autores, numa revisão da literatura, Costa et. al. (2012) referem que os homens têm uma atitude mais negativa face à homossexualidade do que as mulheres e, conseqüentemente, mais negativa em relação às famílias constituídas por casais do mesmo sexo. Um outro estudo sobre as atitudes da população portuguesa em relação à homoparentalidade, demonstra também que o sexo masculino avalia mais negativamente a homoparentalidade do que o sexo feminino (Costa et. al., 2012). Gato, Leme e Leme (2010) num outro estudo realizados com universitários portugueses e brasileiros refere que os estudantes do sexo masculino têm uma atitude mais negativa face à homossexualidade e parentalidade homossexual. Relativamente a este ponto, na base da discriminação maioritariamente masculina podem assentar premissas essencialmente culturais, nas quais os papéis de referência do género masculino contrariam completamente qualquer atitude ou comportamento que possa ser considerado feminino. Convencionou-se, em contexto português, uma divisória bastante marcada relativamente aos papéis de referência de género. Comportamentos de

maior sensibilidade são considerados como sendo de cariz essencialmente feminino, enquanto que comportamentos exatamente contrários são atribuídos aos homens. A estimulação cultural destes convencionalismos pode talvez originar por parte da população masculina comportamentos de maior intolerância.

O terceiro objetivo pretendia analisar se existe uma relação entre a idade dos profissionais e as atitudes que apresentam sobre a homoparentalidade. Após realizada a análise verificamos que existe uma correlação estatisticamente significativa entre a idade e os Fatores *Estabilidade* e *Aptidão Parental*. Verifica-se, assim, que quanto maior a idade dos participantes mais favorável será a sua atitude face à homoparentalidade no que respeita ao Fator *Estabilidade* e menos favorável no que se refere ao Fator *Aptidão Parental*.

Verificou-se também que quanto maior a idade do profissional menos favorável é a atitude face à homoparentalidade nos domínios avaliados, *Como avalia a capacidade deste casal transmitir valores e criar uma criança moralmente responsável?*, *Como avalia a estabilidade emocional das pessoas deste casal?*, *Que expectativa tem acerca da estabilidade deste casal no futuro?*, *Se fosse você a decidir, qual a probabilidade de atribuir a custódia desta criança a este casal?*.

No que se refere ao Item 3 – *Qual o nível de apoio que considera que este casal receberia da sua comunidade, ao criar esta criança?*, quanto maior a idade do profissional mais favorável é a sua atitude.

Gato (2014) refere que atitudes mais positivas estão relacionadas com idades mais jovens. No caso da presente investigação, a situação não é linear. Enquanto que em parâmetros como a capacidade de educar uma criança de forma moralmente responsável ou a probabilidade de atribuir a custódia de uma criança a um casal homossexual, as faixas etárias mais jovens apresentam resultados mais favoráveis, profissionais com idades mais avançadas revelam atitudes mais positivas relativamente à aptidões parentais do casal homossexual.

Neste ponto, não foi possível extrair resultados suficientemente sólidos para que possamos lançar uma premissa de esclarecimento. Podemos, no entanto, referir que um número maior de parâmetros obtiveram respostas mais positivas por parte da população mais jovem da amostra. Este facto poderá estar relacionado com o acesso a maiores campanhas de sensibilização relativamente à temática por parte das faixas etárias mais jovens. Também aqui se coloca a questão cultural. Os conceitos “homossexualidade” e

“homoparentalidade” acompanharam variadas mudanças de cariz social, estando neste momento, num patamar de aceitação social bastante mais positivo do que estariam, por exemplo, há 2 ou 3 décadas atrás. Aqui podemos lançar a questão relativamente à evolução da aceitação social da temática. Estará esta evolução a impactar a opinião dos indivíduos de faixas etárias mais jovens?

O quarto objetivo pretendeu avaliar se o tempo de experiência profissional está relacionado com a atitude dos profissionais sobre a homoparentalidade.

No presente estudo verificou-se a existência de uma correlação estatisticamente significativa entre o tempo de experiência profissional e o Fator *Estabilidade*, mas não com os Fatores *Abuso* e *Aptidão Parental*. Quanto mais anos de serviço têm os profissionais mais positiva é a sua atitude no que refere ao Fator *Estabilidade*.

Quando analisada a correlação entre o tempo de experiência profissional e os itens do questionário verificou-se a existência de correlações estatisticamente significativas entre aquele e os seguintes itens: *Qual o nível de apoio que considera que este casal receberia da sua comunidade, ao criar esta criança?*; *Como avalia a capacidade deste casal transmitir valores e criar uma criança moralmente responsável?*; *Na sua opinião, qual a probabilidade desta criança vir a ser vítima de negligência emocional?*; e *Na sua opinião, qual a probabilidade desta criança vir a ser vítima de violência física?*, quanto mais anos de serviço têm os profissionais mais negativa é a atitude nos domínios avaliados nestes itens.

No Item 8 – *Como avalia a estabilidade emocional das pessoas deste casal?* – quanto mais anos de serviço mais favorável é a sua atitude face à homoparentalidade.

Também neste ponto, os resultados não são lineares. No entanto, são resultados bastante consistentes com os resultados obtidos no ponto anterior. Obviamente, profissionais com mais anos de serviço se posicionam nas faixas etárias mais envelhecidas, enquanto que os profissionais com menos anos de serviço se posicionam nas faixas etárias mais jovens. Desta forma, também neste ponto os profissionais com mais anos de serviço, correspondentes aos indivíduos com mais idade, têm opinião mais favorável no que concerne ao parâmetro relativo à estabilidade do casal homossexual. No entanto, é nos indivíduos com menos anos de serviço que encontramos um maior número de pontos com opinião favorável. Este facto pode efetivamente estar relacionado com a correlação entre a idade dos profissionais e os anos de serviço. Também aqui lançamos a discussão relativamente à evolução da aceitação social acerca

da homossexualidade e conseqüentemente à homoparentalidade. As faixas etárias mais jovens, que se prevê que terão um número de anos de serviço mais reduzido, estão mais expostas a um clima social de maior aceitação destas temáticas que os restantes, o que inevitavelmente, impacta as perspetivas e opiniões em relação ao tema.

O quinto objetivo consistiu em aferir se os profissionais que trabalham ou trabalharam diretamente com processos com crianças (em Centros de Acolhimento Temporário, Lares de Infância e Juventude, Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens ou em Equipas de Adoção) têm diferentes atitudes dos restantes profissionais sobre a homoparentalidade.

Foi realizado o teste *t de Student* tendo-se verificado que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos estudados quanto aos fatores e a todos os itens com a exceção do Item 2 – *Em que medida está preocupado/a com a estabilidade financeira deste casal?*, e do Item 7 – *Na sua opinião, qual a probabilidade desta criança vir a ser vítima de abuso sexual?*. Os profissionais que trabalham ou trabalharam diretamente com processos com crianças revelam uma atitude mais positiva no que respeita à preocupação com a estabilidade financeira do casal do que os restantes profissionais, mas mais negativa no que se refere à opinião que tem sobre a probabilidade da criança vir a ser vítima de abuso sexual do que estes últimos.

É importante que a prática profissional dos técnicos tenha qualidade no tratamento com homossexuais e famílias homoparentais ou seja, os profissionais de Serviço Social bem qualificados estarão com maior capacidade para lidar com estes grupos e necessitam de desenvolver competências adequadas e estratégias que melhorem a dignidade, o bem-estar e a aceitação dos homossexuais e famílias homossexuais de forma a fomentar a sua aceitação social (Camilleri & Ryan, 2006). Os profissionais que, no âmbito da sua actuação profissional, têm contacto com crianças ou jovens, têm responsabilidade acrescida na promoção de bem-estar físico ou emocional da criança. É relevante minimizar qualquer tipo de preconceito para que, num processo de análise, seja tido em consideração apenas o superior interesse da criança. O facto de profissionais com contacto com crianças ou jovens terem uma perspectiva mais favorável no que concerne à estabilidade financeira, é revelador disso mesmo, que o interesse da criança acompanhada está a ser focado em detrimento de qualquer preconceito ou perspectiva menos positiva. No entanto, o facto destes profissionais revelarem uma perspectiva negativa relativamente à probabilidade de abuso sexual de

crianças numa família homoparental, parece ser indicador da existência resiliente de preconceitos neste grupo. Este facto tem particular importância. Por um lado, ao trabalho directo com a criança acresce a responsabilidade de colocar acima de qualquer circunstância, o bem-estar e o interesse da criança. Aqui, é justo lançar a questão evidente acerca da existência preconceito neste grupo. Poderá o preconceito enviesar a perspectiva do técnico que contacta com crianças? Poderão ideias pré-concebidas ter peso relevante no processo de avaliação e de análise acerca do bem-estar e interesse da criança?

No estudo realizado por Araújo et al. (2007) sobre as representações sociais de futuros profissionais de Psicologia e Direito sobre a adoção de crianças por parte de casais homossexuais, verifica-se que os estudantes demonstram atitudes negativas em relação ao tema. No que diz respeito ao seu posicionamento positivo à adoção homossexual os resultados indicam que 29% dos estudantes de Direito e 40% dos estudantes de Psicologia se expressam de uma forma favorável. Estes resultados têm particular importância quando falamos de futuros profissionais que poderão ter parte ativa em processos de adoção ou contacto com crianças ou homoparentalidade.

Os pontos abordados acima remetem para, ainda que de uma forma ténue, a existência de preconceitos relacionados como homossexualidade e homoparentalidade em técnicos que já têm contacto com crianças ou que poderão vir a ter. Novamente lançamos a discussão acerca da necessidade de uma intervenção que sensibilize técnicos ou profissionais para esta temática. Da mesma forma, também no ensino superior esta questão deve ser abordada. Os conteúdos programáticos de cursos que visem formar profissionais que irão ter um papel significativo no tratamento com crianças, deverão ser revistos de forma a incluir bibliografia de sensibilização para estes temas?

O sexto objetivo pretendeu aferir se os valores religiosos estão relacionados com as atitudes relativamente à homoparentalidade nos diferentes profissionais.

Existe uma relação estatisticamente significativa entre a importância atribuída aos valores religiosos e os Fatores Estabilidade e Aptidão Parental, bem como entre aquela e os itens 1, 2, 4, 5, 8, 9, 10 e 11. Não se verificou uma relação estatisticamente significativa entre a importância atribuída aos valores religiosos e o Fator Abuso nem entre aquela e os restantes itens.

No Fator Estabilidade quanto maior a importância dada aos valores religiosos mais positiva é a atitude do profissional. No Fator Aptidão Parental quanto maior a importância atribuída aos valores religiosos mais negativa é a atitude do profissional.

No Item 1 – *Em que medida considera que a adoção é a melhor alternativa para uma criança órfã de 6 anos, que esteja sob a custódia do Estado?*; Item 2 – *Em que medida está preocupado/a com a estabilidade financeira deste casal?*; Item 4 – *Como avalia a capacidade deste casal transmitir valores e criar uma criança moralmente responsável?*; Item 5 – *Na sua opinião, qual a probabilidade desta criança vir a ser vítima de negligência emocional?*; Item 8 – *Como avalia a estabilidade emocional das pessoas deste casal?*; Item 9 – *Que expectativa tem acerca da estabilidade deste casal no futuro?*; Item 10 – *Em que medida está preocupado/a com as competências parentais deste casal?* e no Item 11 – *Se fosse você a decidir, qual a probabilidade de atribuir a custódia desta criança a este casal?* – quanto maior a importância atribuída aos valores religiosos mais negativa é a atitude dos profissionais face à homoparentalidade.

Clarke (2001) investigou através da análise da comunicação social e em *focus groups* com jovens universitários, os argumentos que são utilizados desfavoravelmente em relação à homoparentalidade e identificou que os participantes se baseiam em seis categorias: crenças religiosas; impossibilidade de ter filhos biológicos; egoísmo dos pais/mãe homossexuais; falta de referências de género; desenvolvimento da orientação sexual e discriminação e rejeição das crianças por parte dos pares.

A religião continua a ser um dos factos que leva à não aceitação das famílias homoparentais. Como referem Camilleri e Ryan (2006), o contacto com mulheres e homens homossexuais e o grau de religiosidade tem uma grande importância nas atitudes da população em relação à homossexualidade e homoparentalidade.

É inegável o papel da religião relativamente à condução e orientação do comportamento humano. A religião constrói premissas sobre as quais os indivíduos se devem orientar em comportamento individual e em sociedade. A religiosidade de um indivíduo orienta patamares de moralidade e constrói valores, perspectivas, opiniões. É de nossa opinião que a maioria das religiões tem perspectivas muito restritivas relativamente a conceitos como família e parentalidade. Nesse sentido, é possível entender uma correlação entre atitudes mais negativas em temáticas como homossexualidade e homoparentalidade e um nível de elevada religiosidade num indivíduo. É pertinente lançar a questão implícita: estará a religião a fomentar preconceitos ou ideias pré-concebidas relativamente a estes temas?

Um estudo português revelou também que as pessoas católicas avaliam as competências da família homoparental de uma forma mais negativa do que as pessoas ateias (Costa et. al., 2012). É sabido que o contexto português é um cenário com um nível bastante grande de prática religiosa. Este facto pode efetivamente estar relacionado com opiniões menos positivas relativamente à homoparentalidade.

O sétimo objetivo pretendeu avaliar se os profissionais ao longo da sua formação no ensino superior contactaram com informação científica sobre a temática da homossexualidade e/ou parentalidade homossexual. A maior parte dos participantes não contactou com informação científica sobre a temática da homossexualidade e/ou parentalidade homossexual.

No oitavo objetivo avaliamos se existem diferenças estatisticamente significativas entre os profissionais que ao longo da sua formação no ensino superior contactaram com informação científica sobre a temática da homossexualidade e/ou parentalidade homossexual e os que não contactaram quanto às suas atitudes face à homoparentalidade. Verificamos que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os profissionais que contactaram com a temática e os restantes profissionais quanto aos três fatores e quanto aos itens individualmente considerados.

Os profissionais indicaram que tiveram contacto com informação científica sobre a temática da homossexualidade e/ou parentalidade homossexual em unidades curriculares ao longo da licenciatura, pós-graduação e/ou mestrado; em seminários; em *workshops*; em conferências; em congressos; em palestras; em ações de formação; etc.

O facto de não existirem diferenças estatisticamente significativas remete-nos para a importância de repensar a forma como têm sido abordadas estas temáticas. Verificamos que não existe nenhuma unidade curricular unicamente direcionada para esta temática, como refere Gato (2014) era importante a introdução de uma unidade curricular sobre Psicologia LGBT.

Refere também Moita (2001, p. 357) a importância da alteração das unidades curriculares:

“A nível prático, desejaria, talvez utopicamente, que esta dissertação pudesse ser mais um elemento de suporte, tanto para a formação como para a intervenção. Quanto à formação, fornecendo um contributo para reflectir sobre o que penso ser a necessidade de mudança dos *curricula* da formação, não só de técnicos de saúde, mas também de técnicos de educação (os professores e os profissionais de saúde são ainda muito pouco permeados pela temática das

sexualidades e, nos casos em que o são, não dão, na generalidade, um destaque específico à orientação homossexual)”.

Os profissionais da área da saúde são profissionais cujos objetivos estão relacionados com a promoção do bem-estar físico, emocional, intelectual, etc. Em Portugal os seminários e congressos científicos na área da saúde não focam a temática da homossexualidade, pelo menos, não tanto como em outros países. Este facto não teria particular relevância se associado ao tema da homossexualidade não estivesse ainda o discurso do “patologização” (Moita, 2001).

Em suma, esta parte empírica da investigação incide sobre a análise dos resultados extraídos do questionário *online*. Os profissionais que participaram neste estudo demonstram ainda alguma resistência à mudança social e alguns preconceitos no que diz respeito a esta temática. Desta forma, é importante que se aposte cada vez mais em formações académicas e profissionais sobre a homossexualidade e parentalidade homossexual.

Conclusão

A homoparentalidade tem vindo a ter uma maior abertura devido às transformações sócias. Como refere Gato (2014, p. 37): “como algumas transformações sociais ocorridas a partir dos anos 1960 abriram a porta à homoparentalidade, destacando-se o papel das lutas feministas, de uma maior maleabilidade dos costumes sexuais, das técnicas de PMA e do movimento de defesa dos direitos das pessoas LGBT”. De forma a concretizarem o desejo de serem pais os homossexuais têm recorrido à forma autónoma, através de relações sexuais, autoinseminação e arranjos coparentais ou então recorrendo à procriação medicamente assistida, adoção ou acolhimento (Gato, 2014).

Com esta investigação, tivemos a oportunidade de perceber quais as perceções dos diferentes profissionais que atuam ou podem vir a relacionar-se com famílias homoparentais devido à sua atividade profissional, bem como, os significados que são atribuídos à homoparentalidade. As diferenças estatisticamente relevantes incidem sobre as áreas da Psicologia e do Serviço Social. Os resultados demonstram que os assistentes sociais têm uma atitude mais negativa relativamente à homoparentalidade do que os psicólogos.

Os nossos resultados demonstram também que, de uma forma geral, os profissionais do sexo masculino têm uma atitude mais negativa relativamente à homoparentalidade do que os profissionais do sexo feminino. Analisámos também no que se refere à idade dos participantes os resultados não são lineares, ou seja, quanto maior a idade dos profissionais mais favorável será a sua atitude face à homoparentalidade no que diz respeito ao Fator *Estabilidade* e menos favorável no que se refere ao Fator *Aptidão Parental*.

No que se refere aos profissionais que trabalham ou trabalharam diretamente com processos com crianças revelam uma atitude mais positiva no que respeita à preocupação com a estabilidade financeira do casal do que os restantes profissionais, mas mais negativa no que se refere à opinião que têm sobre a probabilidade da criança vir a ser vítima de abuso sexual do que estes últimos. Conseguimos também verificar que quanto maior é a importância atribuída aos valores religiosos mais negativa é a

atitude dos profissionais face à homoparentalidade. No que diz respeito aos profissionais que tiveram contacto com a temática da homossexualidade e/ou homoparentalidade ao longo do seu percurso académico, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas comparativamente aos profissionais que não tiveram este tipo de contacto. Desta forma, é importante que as instituições académicas se foquem mais neste tipo de temática para que desta forma formem profissionais mais conscientes e mais capazes de oferecer bem-estar aos casais homossexuais e seus filhos.

Importa referir as limitações desta investigação, a amostra em causa é exclusiva de algumas áreas específicas, a nosso ver, seria importante alargar esta amostra a outras áreas de formação profissional, mais representativas da população em geral. É também importante perceber as atitudes e a forma como as pessoas que trabalham em atendimento, como hospitais, serviços sociais, entre outros, lidam e “acolhem” as famílias homoparentais para que desta forma possamos trabalhar para uma sociedade mais íntegra e inclusiva. É importante que todos os trabalhadores da área social se esforcem para que as famílias homoparentais se sintam incluídas socialmente (Gato, Freitas & Fontaine, 2012).

Outra limitação deste estudo tem a ver com o facto de a nossa amostra ser maioritariamente feminina, sendo que seria importante conseguir uma amostragem mais homogénea no que concerne ao sexo dos participantes. Da mesma forma, seria relevante que percentagem da amostra dos médicos fosse mais elevada.

Na nossa perspetiva, era bastante importante que, em investigações futuras, houvesse a possibilidade de cruzar o método qualitativo com o quantitativo para que fossem mais perceptíveis as opiniões e as atitudes dos profissionais. Seria de particular relevância a expansão deste estudo a uma investigação longitudinal que abranja participantes desde o período académico até à atividade profissional. Neste ponto, seria pertinente investigar de que forma as formações académicas e profissionais têm eficácia nas atitudes e na atividade profissional dos indivíduos.

Esperamos que este estudo traga contribuições para o Serviço Social e para todas as áreas sociais e humanas, tornando-se numa orientação para a prática da área social.

Esta é uma temática que tem recentemente recebido algum enfoque mediático é portanto um tema muito propenso à opinião social. Assim sendo, torna-se de particular relevância perceber qual é a perspetiva social sobre o tema e, mais especificamente, a

perspetiva dos profissionais que, previsivelmente, e no seguimento da sua atividade profissional, estabelecerão relações profissionais com famílias homoparentais. O objetivo final desta análise será sempre um plano de intervenção que vise desconstruir preconceitos e elucidar pontos em relação a esta temática. Desta forma, temos esta análise como um possível ponto de partida que vise apontar lacunas e necessidades e, numa fase posterior, colmatá-las.

Os técnicos cujo contacto com a homoparentalidade é expectável têm responsabilidade acrescida na sua integração social. Para isso, é necessário que estas áreas de atividade profissional sejam isentas de preconceito e de estruturas mentais preconcebidas e erradas em relação a este tema. Identificar estes preconceitos impulsiona para necessidades formativas que contemplem esta temática seja em percurso académico, seja já no contexto profissional.

Esta investigação traz também pistas para futuras investigações dentro desta área, e é de todo importante que se dê continuidade a este tipo de investigação para que desta forma se incluam de uma forma mais justa as famílias homoparentais. Seria importante que houvesse mais estudos sobre esta temática em Portugal e que esses estudos se foquem nos profissionais que tem relacionamento profissional com homossexuais.

Em suma, a perspetiva social relativamente à homoparentalidade é obviamente de particular relevância principalmente quando objetivamos uma meta de integração e de inclusão. Para isto, o ponto de partida é, indubitavelmente, a perspetiva dos profissionais que já contatam com esta realidade. Para desenhar um bom plano de intervenção que vise colmatar lacunas e ordem social, é primariamente necessário esta análise de perspetivas.

Referências

- Alarcão, M. (2000). *(Des)Equilíbrios Familiares: Uma visão sistémica*. Coimbra, Quarteto Editora.
- APA. (2002). *The American Psychiatric Association*. Washington, APA.
- APA. (2004). Sexual Orientation, Parents, & Children, *American Psychological Association*. Retirado de <http://www.apa.org/about/policy/parenting.aspx>.
- APA. (2005). Lesbian & Gay Parenting. Washington, American Psychological Association. Retirado de <http://www.apa.org/pi/lgbt/resources/parenting.aspx>.
- Araújo, L. F., Oliveira, J. D., Sousa, V. C., & Castanha, A. R. (2007). *Psicologia & Sociedade. Adoção de Crianças por Casais Homoafetivos: Um estudo comparativo entre Universitários de Direito e Psicologia*, pp. 95-102.
- Associação ILGA Portugal. (2008). *As famílias que somos*. Lisboa, Relevo Branco.
- Camilleri, P. & Ryan, M. (2006). Social work students' attitudes toward homosexuality and their knowledge and attitudes toward homosexual parenting as an alternative family unit: An Australian study, *Social Work Education*, 25, pp. 288-304.
- Cervo, A. L. & Berbian, P. A. (1983). *Metodologia Científica*. São Paulo, McGraw-Hill.
- Clarke, V. (2001). What about the children? Arguments against lesbian and gay parenting, *Women's Studies International Forum*, 24, pp. 555-570.

- Costa, P. A., Caldeira, S., Fernandes, I., Rita, C., Pereira, H. & Leal, I. (2012). Atitudes da População Portuguesa em Relação à Homoparentalidade, *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(4), pp. 71-95.
- Cruz, O. (2005). *Parentalidade*, Coimbra, Quarteto.
- Delgado, P. (2013). *Acolhimento familiar de crianças: Evidências do presente, desafios para o futuro*. Porto, Mais Leituras.
- Diário da República (2010). I Série, N.º 105, 31 de maio, 1853.
- Eco, U. (1988). *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*. Lisboa, Editorial Presença.
- Ferreira, E. (2004). Homoparentalidade: Uma perspectiva antropológica. *Actas do Encontro sobre Homoparentalidade*. Lisboa, ISPA, pp. 61-66.
- Gato, J. (2014). *Homoparentalidades: Perspetivas psicológicas*. Coimbra, Edições Almedina.
- Gato, J. & Fontaine, A. M. (2010). Desconstruindo preconceitos sobre a homoparentalidade, *Les Online*, Vol. 2, Nº 2, pp. 14-21.
- Gato, J. & Fontaine, A. M. (2011). Impacto da orientação sexual e do género na parentalidade: Uma revisão dos estudos empíricos com famílias homoparentais, *ex aequo*, 23, pp. 83-96.
- Gato, J. & Fontaine, A. M. (2012). Atitudes face à diversidade sexual no contexto psicossocial, jurídico, da saúde e educativo, *Exedra*, 6, pp. 81-103.
- Gato, J. & Fontaine, A. M. (s. d.). Parentalidade lésbica e gay: Mitos e evidências, *Famílias, casamentos e trajectos emancipatórios*, pp. 415-422.

- Gato, J., Fontaine, A. M., & Carneiro, N. S. (2010). Percepção de futuros profissionais de áreas psicossociais sobre o desenvolvimento psicológico de crianças educadas em famílias homoparentais. In C. Nogueira, I. Silva, L. Lima, A. T. Almeida, R. Cabecinhas, R. Gomes, C. Machado, A. Maia, A. Sampaio & M. C. Taveira (Eds.), *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*. Retirado de http://www.actasssnip2010.com/conteudos/actas/PsiFam_3.pdf.
- Gato, J., Fontaine, A. M. & Carneiro, N. S. (2012). Escala Multidimensional de Atitudes face a Lésbicas e a Gays: Construção e Validação Preliminar, pp. 11-20.
- Gato, J., Freitas, D. & Fontaine, A. M. (2012). Atitudes relativamente à homoparentalidade de futuros/as intervenientes da rede social, *Psicologia*, volume XXVI, nº I, 71-95. Lisboa, Edições Colibri.
- Gato, J., Freitas, D. & Fontaine, A. M. (2013). Attitudes Toward Same-Sex Parenting: Exploratory, Confirmatory, and Invariance Analyses of Two Psychometric Scales, *Journal of GLBT Family Studies*, 9:3, pp. 205-229.
- Gato, J., Leme, V., & Leme, A. (2010). Atitudes relativamente à homossexualidade em Portugal e no Brasil, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Retirado de http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277826273_ARQUIVO_AtitudesrelativamenteahomossexualidadeemPortugalenoBrasil.pdf
- Heywood, C. (2004). *Uma história da infância: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente*. Porto Alegre, Artmed.
- Kaloustian, S. M. (1994). *Família brasileira, a base de tudo*. São Paulo, Cortez, Brasília – DF: UNICEF.
- Kamers, M. (2006). As novas configurações da família e o estatuto simbólico das funções parentais, *Estilos da Clínica*, Vol. XI, nº 21, pp. 108-125.

- Leandro, M. E. (2011). *Laços Familiares e Sociais*. Viseu, PsicoSoma.
- Louro, P. (2004). Homoparentalidade: Uma perspectiva antropológica. In: Ferreira, E. *Actas do Encontro sobre Homoparentalidade*. Lisboa, ISPA, pp. 55-59.
- Moita, G. (2001). *Discursos sobre a homossexualidade no contexto clínico: A homossexualidade dos dois lados do espelho* (Dissertação de doutoramento não publicada). Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar da Universidade do Porto, Porto.
- Ordem dos Psicólogos Portugueses (2013). *Relatório de Evidência Científica Psicológica sobre Relações Familiares e Desenvolvimento Infantil nas Famílias Homoparentais*, Lisboa.
- Passos, M. C. (2005). Homoparentalidade: Uma entre outras formas de ser família, *Psic. Clin.*, 17 (2), pp. 31-40.
- Passos, M. C. (2007). Funções materna e paterna nas famílias homoparentais. In: Feres-Carneiro, T. *Família e Casal: Saúde, trabalho e modos de vinculação*. São Paulo, Casa do Psicólogo, pp. 269-288.
- Papalia, D. E., Olds, S. W. & Feldman, R. D. (2001). *O mundo da criança*. Lisboa, McGraw-Hill. (Obra original publicada 1999)
- Pereira, R. F. (2008). Homoparentalidades em questão: afinal o que há de novo?, *Divers@ Rev. Elet. Interdisc*, V. 1, n.º 0, pp. 1-59.
- Perroni, S. & Costa, M. I. M. (2008). Psicologia Clínica e Homoparentalidade: desafios contemporâneos, *Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder*.
- Relvas, A. P. & Alarcão, M. (2007). *Novas formas de família*. Coimbra, Quarteto.

- Ribeiro, J. L. P. (1999). *Investigação e Avaliação em Psicologia e Saúde*. Lisboa, Climepsi.
- Rodriguez, B. C. & Paiva, M. L. (2009). Um estudo sobre o exercício da parentalidade em contexto homoparental, *Vínculo – Revista do NESME*, V. 1, n.º 6, pp. 13-25.
- Robitaille, C. & Saint-Jacques, M. (2009). Social stigma and the situation of young people in lesbian and gay stepfamilies, *Journal of Homosexuality*, n.º 56, pp. 421-442.
- Roudinesco, E. (2002). *A família em desordem*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Silva, J. R. (2008). A parentalidade de cara nova: quando os homossexuais se decidem por filhos. In C. F. Psicologia, *Adoção: um direito de todos e todas*, pp. 17-21.
- Torres, A., Mendes, R., & Lapa, T. (2006). Famílias na Europa. In: Vala, J. & Torres, A. *Contextos e atitudes sociais na Europa*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 97-144.
- Vale de Almeida, M. (2004). Homoparentalidade: Uma perspectiva antropológica. In: Ferreira, E. *Actas do Encontro sobre Homoparentalidade*. Lisboa, ISPA, pp. 25-30.
- Vale de Almeida, M. (2010). O contexto LGBT em Portugal. In: Nogueira, C. e Oliveira, J. M. *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género*. Lisboa, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, pp. 45-92.
- Williams, F. (2010). *Repensar as Famílias*. Lisboa, Principia. (Obra original publicada 2004)

Xavier, P., Mendes, F. Martins, E., & Fernandes, R. (2011). *A homoparentalidade na perspectiva de estudantes do ensino superior*. Viseu, Instituto Politécnico de Viseu/ Escola Superior de Educação. Retirado de <http://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/982/1/COMUNICA%C3%87%C3%83O%20Corunha.pdf>.

Zambrano, E. (2006a). Parentalidades “impensáveis”: pais/ mães homossexuais, travestis e transsexuais, *Horizontes Antropológicos*, 26 (jul./dez.), pp. 123-47.

Zambrano, E. (2006b). *O Direito à Homoparentalidade - Cartinha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais*. Porto Alegre, Instituto de Acesso à Justiça.

Anexos

Anexo A: Escala de Avaliação das Competências Parentais

Caro/a participante:

Este questionário tem por objectivo conhecer a sua opinião relativamente a uma série de questões como, por exemplo, os valores sociais e as estruturas familiares não tradicionais. Antes de responder, leia com atenção as instruções específicas para cada conjunto de perguntas. Responda sempre de acordo com aquilo que pensa, sente ou faz, pois não existem respostas certas ou erradas. Por favor, responda a todas as questões.

Garantimos, de forma absoluta, o anonimato e a confidencialidade das respostas. Os dados recolhidos serão utilizados estritamente para fins de investigação psicológica.

PARTE I

A. Por favor, leia atentamente a seguinte descrição de uma situação fictícia:

A Clara e a Margarida são duas pessoas afectuosas, que estão juntas há quinze anos. Não têm filhos e decidiram adoptar. Ambas têm habilitações de nível superior (a Clara é advogada e a Margarida é contabilista) e são bem sucedidas profissionalmente. São estimadas pelos seus vizinhos e amigos e, na sua história pessoal, não há referência a doenças psiquiátricas, abuso de substâncias, dificuldades financeiras ou problemas legais. São proprietárias de uma casa com três quartos no Porto e sentem-se financeira e emocionalmente preparadas para educar uma criança. Além do mais, tanto os pais da Clara como da Margarida estão entusiasmados com esta ideia e dispostos a prestar todo o apoio necessário.

A Clara e a Margarida conheceram o Rui, um rapaz português de seis anos, cujos pais faleceram num acidente rodoviário, quando ele tinha dois anos. Esta criança está a viver numa instituição de acolhimento, sob a responsabilidade da Segurança Social. A Clara e a Margarida têm visitado regularmente o Rui durante os últimos doze meses e os três concordam que se têm dado muito bem. O Rui afirmou que gostaria de ir viver com a Clara e a Margarida. Estas, após considerarem cautelosamente todas as implicações desta decisão, sentem que podem oferecer ao Rui um lar acolhedor e avançaram com o processo de adopção formal.

B. Com base na história que acabou de ler, posicione-se quanto às seguintes questões:

	nada					completa- mente
1. Em que medida considera que a adoção é a melhor alternativa para uma criança órfã de 6 anos, que esteja sob a custódia do Estado?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Em que medida está preocupado/a com a estabilidade financeira deste casal?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	nenhum apoio					total apoio
3. Qual o nível de apoio que considera que este casal receberia da sua comunidade, ao criar esta criança?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	nenhuma capacidade					total capacidade
4. Como avalia a capacidade deste casal transmitir valores e criar uma criança moralmente responsável?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	nenhuma probabilidade					total probabilidade
5. Na sua opinião, qual a probabilidade desta criança vir a ser vítima de negligência emocional?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Na sua opinião, qual a probabilidade desta criança vir a ser vítima de violência física?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Na sua opinião, qual a probabilidade desta criança vir a ser vítima de abuso sexual?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	nenhuma estabilidade					total estabilidade
8. Como avalia a estabilidade emocional das pessoas deste casal?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Que expectativa tem acerca da estabilidade deste casal no futuro?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	nada preocupado/a					completamente preocupado/a
10. Em que medida está preocupado/a com as competências parentais deste casal?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
	nenhuma probabilidade					total probabilidade
11. Se fosse você a decidir, qual a probabilidade de atribuir a custódia desta criança a este casal?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

C. Ainda relativamente à situação anterior, suponha que a criança foi adoptada pelo casal. No seu entender, qual a probabilidade de, ao longo do seu crescimento, essa criança:

	nenhuma					total
1. ... ter uma boa imagem de si?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. ... apresentar comportamentos, gostos e actividades característicos de uma rapariga?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. ... apresentar comportamentos, gostos e actividades característicos de um rapaz?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. ... ter problemas de comportamento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. ... ter uma boa capacidade intelectual?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. ... ter problemas emocionais?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. ... manifestar preferência sexual por rapazes?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. ... manifestar preferência sexual por raparigas?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. ... ter facilidade em se relacionar bem com os outros?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. ... ser alvo de violência verbal ou física por parte de outras crianças?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. ... sentir-se bem como rapaz e mais tarde como homem?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. ... ser alvo de discriminação por parte de adultos?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

PARTE II

A. Seguidamente, vão-lhe ser apresentadas descrições de pessoas com diferentes características. Por favor, assinale a resposta que melhor indica em que medida cada uma dessas pessoas é ou não parecida consigo.

	Não tem nada a ver comigo	Nada parecida comigo	Um bocadinho parecida comigo	Parecida comigo	Muito parecida comigo	Exactamente como eu
1. Uma pessoa que dá importância a ter novas ideias e ser criativa. Gosta de fazer as coisas à sua maneira.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Uma pessoa para quem é importante ser rico. Quer ter muito dinheiro e coisas caras.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Uma pessoa que acha importante que todas as pessoas no mundo sejam tratadas igualmente. Acredita que todos devem ter as mesmas oportunidades na vida.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Uma pessoa que dá muita importância a poder mostrar as suas capacidades. Quer que as pessoas admirem o que faz.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Uma pessoa que dá importância a viver num sítio onde se sinta segura. Evita tudo o que possa pôr a sua segurança em risco.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Uma pessoa que gosta de surpresas e está sempre à procura de coisas novas para fazer. Acha que é importante fazer muitas coisas diferentes na vida.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Não tem nada a ver comigo	Nada parecida comigo	Um bocadinho parecida comigo	Parecida comigo	Muito parecida comigo	Exactamente como eu
7. Uma pessoa que acha que as pessoas devem fazer o que lhes mandam. Acha que as pessoas devem cumprir sempre as regras mesmo quando ninguém está a ver.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Uma pessoa para quem é importante ouvir pessoas diferentes de si. Mesmo quando discorda de alguém continua a querer compreender essa pessoa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Uma pessoa para quem é importante ser humilde e modesta. Tenta não chamar a atenção sobre si.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Uma pessoa para quem é importante passar bons momentos. Gosta de tratar bem de si.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Uma pessoa para quem é importante tomar as suas próprias decisões sobre o que faz. Gosta de ser livre e não estar dependente dos outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Uma pessoa para quem é importante ajudar os que a rodeiam. Preocupa-se com o bem-estar dos outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Uma pessoa para quem é importante ter sucesso. Gosta de receber o reconhecimento dos outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Uma pessoa para quem é importante que o Governo garanta a sua segurança, contra todas as ameaças. Quer que o Estado seja forte, de modo a poder defender os cidadãos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Uma pessoa que procura a aventura e gosta de correr riscos. Quer ter uma vida emocionante.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Uma pessoa para quem é importante comportar-se sempre como deve ser. Evita fazer coisas que os outros digam que é errado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Uma pessoa para quem é importante que os outros lhe tenham respeito. Quer que as pessoas façam o que ela diz.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. Uma pessoa para quem é importante ser leal para com os amigos. Dedicar-se às pessoas que lhe são próximas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Uma pessoa que acredita seriamente que as pessoas devem proteger a natureza. Proteger o ambiente é importante para si.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. Uma pessoa que dá importância à tradição. Faz tudo o que pode para agir de acordo com a sua religião e a sua família.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21. Uma pessoa que procura aproveitar todas as oportunidades para se divertir. É importante para si fazer coisas que lhe dão prazer.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

B. Relativamente às seguintes questões, por favor, assinale a alternativa que lhe parece traduzir melhor a sua opinião.

	Discordo completamente	Discordo muito	Discordo um pouco	Concordo um pouco	Concordo muito	Concordo completamente
1. Para mim é igual se os meus amigos são heterossexuais ou homossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. A homossexualidade é uma perturbação psicológica.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Acredito que os pais e as mães homossexuais são tão competentes como os pais heterossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Os gays e as lésbicas enervam-me.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. A legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo iria abalar os princípios fundamentais da sociedade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. A homossexualidade é uma forma inferior de sexualidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Se fosse pai ou mãe, aceitaria se o meu filho ou a minha filha fosse homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Ser criado num lar homossexual é bastante diferente de ser criado num lar heterossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Um programa escolar de educação sexual deveria referir-se a todas as orientações sexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. A crescente aceitação da homossexualidade na nossa sociedade está a contribuir para a deterioração dos valores morais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. As organizações que promovem os direitos dos homossexuais são necessárias.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Hesitaria em apoiar pessoas homossexuais com medo de ser confundido/a com elas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Os casais do mesmo sexo deviam, tal como os casais heterossexuais, poder adoptar crianças.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. As pessoas que assumem a sua homossexualidade devem ser admiradas pela sua coragem.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Não me importo que uma empresa contrate uma figura pública abertamente homossexual para fazer publicidade aos seus produtos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Não me importaria de trabalhar com uma pessoa que fosse homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. As lésbicas e os gays ainda precisam de lutar por direitos iguais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. Sentir-me-ia desconfortável se soubesse que o professor ou a professora de um filho meu ou de uma filha minha era homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Celebrações como o "dia do orgulho gay" são ridículas porque assumem que a orientação sexual deve constituir um motivo de orgulho.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. Se realmente quisessem, as lésbicas e os gays poderiam ser heterossexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21. Sentir-me-ia pouco à vontade se descobrisse que o meu médico ou a minha médica não era heterossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22. As lésbicas e os gays deviam submeter-se a terapia para mudar a sua orientação sexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23. Sinto que não se pode confiar numa pessoa que é homossexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24. Não votaria num/a candidato/a homossexual nas eleições.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Discordo completamente	Discordo muito	Discordo um pouco	Concordo um pouco	Concordo muito	Concordo completamente
25. Quando ouço falar numa relação amorosa, parto do princípio que são duas pessoas do sexo oposto.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26. Os gays e as lésbicas deviam parar de impingir o seu estilo de vida aos outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27. Vejo o movimento gay como algo de positivo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

a) Ao longo da sua formação académica no ensino superior contactou com **informação científica** sobre a temática da homossexualidade e/ou parentalidade homossexual? Sim Não

b) Caso tenha respondido sim, em que circunstâncias contactou com a temática (disciplina, conferência, etc.)?

c) Em que medida considera relevante a abordagem desta temática nas licenciaturas em ciências sociais ou de carácter psicossocial?

Nada relevante						Completamente relevante
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

d) Tem amigas e/ou amigos homossexuais (lésbicas e/ou gays)? Sim Não Não sei

C. Por favor, assinale para cada afirmação, a alternativa que lhe parece traduzir melhor a sua opinião.

	Discordo completamente	Discordo muito	Discordo um pouco	Concordo um pouco	Concordo muito	Concordo completamente
1. O homem deve ter a principal responsabilidade no que diz respeito ao suporte económico da família.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Só os homens deveriam poder participar em combates militares.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Deveria ser igualmente aceitável para as raparigas e para os rapazes praticar desportos duros como o hóquei em patins ou o futebol.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. É errado os rapazes brincarem com bonecas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. As raparigas devem ter mais limites quando saem de casa do que os rapazes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. No mercado de trabalho, as mulheres estão a tirar o lugar aos homens que precisam mais de emprego.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Discordo completamente	Discordo muito	Discordo um pouco	Concordo um pouco	Concordo muito	Concordo completamente
7. Os homens e as mulheres deveriam poder fazer escolhas sobre a sua vida sem serem limitados pelo seu sexo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. As mulheres devem preocupar-se mais com a maneira de vestir e a aparência do que os homens.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. É igualmente aceitável para os homens e para as mulheres chorar à frente de outras pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Uma mulher casada deve sentir-se livre para ter amigos do sexo masculino.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Quando um homem e uma mulher vivem juntos, ela deve fazer o trabalho de casa e ele as coisas mais pesadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Deveria ser permitida às mulheres a mesma liberdade sexual que é permitida aos homens.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. A mulher deve preocupar-se mais em ajudar a carreira do marido do que em ter uma carreira própria.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

PARTE III

Para concluir, preencha os seguintes dados biográficos.

Sexo: feminino masculino

Idade: _____ anos

Estado civil: solteiro casado/união de facto divorciado/separado viúvo

Curso: _____ **Ano:** _____ **Instituição:** _____

Por favor, indique qual o nível de estudos dos seus pais:	Pai	Mãe
Não sabe ler nem escrever	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1.º Ciclo do Ensino Básico (4.º classe)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.º Ciclo do Ensino Básico (6.º ano)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.º Ciclo do Ensino Básico (9.º ano)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Secundário (12.º ano)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Superior (bacharelato, licenciatura, mestrado e/ou doutoramento)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Em que medida considera os **valores religiosos** importantes no dia-a-dia?

Nada importantes	Extremamente importantes
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

A sua opinião é muito importante. Se o desejar, o próximo espaço destina-se a comentários relativos ao preenchimento deste questionário. Caso esteja disponível para participar numa fase posterior deste estudo, por favor escreva o seu nome e o seu contacto (telefone ou email).

VERIFIQUE, POR FAVOR, SE NÃO SE ESQUECEU DE RESPONDER A NENHUMA PERGUNTA.

Muito obrigado pela sua participação.

Anexo B: Autorização para utilizar a Escala de Avaliação

24/07/13

Google Apps da Universidade Fernando Pessoa Correio - Instrumento de estudo



Andreia Maria Santos Vaz Pinto <26497@ufp.edu.pt>

Instrumento de estudo

2 mensagens

Andreia Maria Santos Vaz Pinto <26497@ufp.edu.pt>
Para jorgegato@fpce.up.pt

23 de Julho de 2013 às 21:48

Exmo. Senhor Doutor Jorge Gato,

O meu nome é Andreia Maria Santos Vaz Pinto, sou aluna de mestrado em Serviço Social na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa. Venho por este meio pedir autorização para utilizar o instrumento "Escala de Avaliação das Competências Parentais" no estudo que estou a realizar na dissertação de mestrado. Este estudo pretende analisar as percepções de diferentes profissionais e estudantes universitários da área social sobre a homoparentalidade. Grata pela atenção disponibilizada.

Atentamente,

Andreia Vaz Pinto

Jorge Gato <jorgegato@fpce.up.pt>
Para Andreia Maria Santos Vaz Pinto <26497@ufp.edu.pt>

24 de Julho de 2013 às 12:17

Cara Andreia,

Obrigado pelo contacto. Dou autorização para utilizar a minha adaptação da "Escala de Avaliação das Competências Parentais", cujo estudo das qualidades psicométricas pode ser encontrado aqui:

Gato, J., Freitas, D., Fontaine, A. M. (2013). Attitudes Toward Same-Sex Parenting: Exploratory, Confirmatory, and Invariance Analyses of Two Psychometric Scales. *Journal of GLBT Family Studies*, 9(3), 205- 229. doi: [10.1080/1550428X.2013.781906](https://doi.org/10.1080/1550428X.2013.781906)

Cumprimentos e votos de bom trabalho,

Jorge Gato, PhD

Psychologist

Associate Professor, Universidade Lusófona do Porto

Researcher, Centro de Psicologia da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da

Anexo C: Autorização para alterar a Escala de Avaliação



Andreia Maria Santos Vaz Pinto <26497@ufp.edu.pt>

Instrumento de estudo

Jorge Gato <jorgegato@fpce.up.pt>
Para Andreia Maria Santos Vaz Pinto <26497@ufp.edu.pt>

8 de Janeiro de 2014 às 16:03

Boa tarde,

Pode proceder às alterações, Andreia.

Bom trabalho,

Jorge Gato, PhD

Psychologist

Associate Professor, Universidade Lusófona do Porto

Researcher, Centro de Psicologia da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

Curriculum DeGóis: <http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=6557581791618056>

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2517611416117573>

De: Andreia Maria Santos Vaz Pinto [26497@ufp.edu.pt]

Enviado: quarta-feira, 8 de Janeiro de 2014 15:47

Para: jorgegato@gmail.com; Jorge Gato

Assunto: Fwd: Instrumento de estudo

Boa tarde Exmo. Sr. Doutor Jorge Gato,

Venho por este meio pedir autorização para fazer alterações na sua adaptação da "Escala de Avaliação das Competências Parentais". Necessito de fazer estas alterações por pretender compreender as atitudes de diferentes **profissionais** da área Psicossocial (psicólogos, educadores sociais e assistentes sociais), da área da Educação (professores e educadores de infância) e da área da Saúde (médicos e enfermeiros).

Agradeço a disponibilidade.

Aguardo resposta.

Com os melhores cumprimentos,

Andreia Vaz Pinto

Anexo D: Alterações da Escala de Avaliação

Alterações Escala de Avaliação das Competências Parentais

Parte III

Para concluir, preencha os seguintes dados biográficos.

Sexo:

feminino

masculino

Idade: _____ anos

Estado civil:

solteiro

casado/união de facto

divorciado/saparado

viúvo

outro

Habilitações académicas: _____

Área de formação:

Psicologia

Educação social

Serviço social

Ensino Básico/ secundário

Educador de infância

Medicina

Enfermagem

Categoria profissional: _____

Anos de serviço: _____

Anos de serviço nesta função: _____

Trabalhou/ trabalha em Equipas de Adopção, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais, Centros de Acolhimento Temporário ou Lares de Infância e Juventude? Sim Não

(retirar o nível de estudos dos seus pais)

Anexo E: Autorização Comissão de Ética da UFP



Universidade Fernando Pessoa
www.ufp.pt

*Das conhecimentos à
aluna e Orientador(a).
Gomes
23/01/2014*

Exma. Senhora
Prof. Inês Gomes
Diretora da FCHS

Porto, 21 de Janeiro de 2014

Exma. Senhora Prof. Doutora,

A Comissão de Ética, depois de apreciado o projeto de Mestrado em Serviço Social de Andreia Maria Santos Vaz Pinto, intitulado "Pensar a HOMOPARENTALIDADE... A partir das atitudes dos diferentes profissionais relativamente à homoparentalidade", considera nada haver a opor ao mesmo, devendo, contudo, ser retirado do cabeçalho do questionário o logótipo da Universidade do Porto.

Com os melhores cumprimentos.

A Vice-Presidente da
Comissão de Ética


Teresa Martinho Foldy



Fundação Ensino e Cultura "Fernando Pessoa"

N.º 502 017 943 - Reg. e estatutal n.º 26 Conservatório de Arquivo - Conselho do Porto
REITORIA - [Faculdade de Ciências Humanas e Sociais] - [Faculdade de Letras e Tecnologia] Praça 9 de Abril, 349 - 4149-004 Porto - Portugal - T. +351 22 507 3300 - F. +351 22 550 8269 - geral@ufp.pt
[Faculdade de Ciências da Saúde] - [Escola Superior de Saúde I.R. Carlos Da Maia, 296 - 4200 750 Porto - Portugal - T. +351 22 507 46 80 - F. +351 22 507 46 87 - R. Duque Maia, 314 - 4200 753 Porto - Portugal
T. +351 22 509 6371 - geral.saude@ufp.pt UNIDADE de Ponte de Lima - Casa da Guarda - R. Conce de Bertandos - 4990-078 Ponte de Lima - Portugal - T. +351 258 741 025 - F. +351 258 741 412 - geral.plima@ufp.pt